

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA BAPTISTA ALVES

**SENTIDOS DO GARIMPO:**  
ANÁLISE DO DISCURSO DO THE GUARDIAN NA COBERTURA DE MINERAÇÃO  
ILEGAL EM TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

PORTO ALEGRE

2023

MARIANA BAPTISTA ALVES

**SENTIDOS DO GARIMPO:**

ANÁLISE DO DISCURSO DO THE GUARDIAN NA COBERTURA DE MINERAÇÃO  
ILEGAL EM TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA ENTRE 2019 E 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador(a):** Prof.(a) Dr.(a) Gisele Dotto Reginato

PORTO ALEGRE

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Mariana Baptista

Sentidos do garimpo: análise do discurso do The Guardian na cobertura de mineração ilegal em Terras Indígenas da Amazônia / Mariana Baptista Alves. -- 2023.

82 f.

Orientadora: Gisele Dotto Reginato.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Análise do discurso. 2. The Guardian. 3. Garimpo. 4. Amazônia. I. Reginato, Gisele Dotto, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, por ser a base de tudo. Mãe e pai, obrigada por sempre lutarem para me proporcionar todas as condições para que eu pudesse realizar esse e todos os outros sonhos. Pelo amor, por nunca me deixarem duvidar de mim mesma e pela criação que sempre me possibilitou observar, questionar e criar - todas as características de um bom jornalista. Às minhas avós Maria e Beatriz, pelo cuidado e amor incondicional. Aos meus avôs Roberto e Helio, que mesmo não estando mais aqui foram parte essencial da minha criação e de tudo que eu acredito. Ao Renan, por ser o irmão mais legal do mundo. Essa conquista é de todos vocês.

A todos os afetos e amizades que encontrei ao longo do caminho, em especial aos que construí na Fabico, por tornarem a jornada sempre mais leve. Aos amigos da balbúrdia, pela parceria infinita. Às minhas companheiras de barra, obrigada pelo cuidado e por serem minha maior fonte de orgulho e inspiração - quase tudo que sei sobre o amor aprendi nas minhas amizades com mulheres. À Letícia, Guima e Clara por serem meu porto seguro. Sei que tenho vocês comigo independente de onde a gente estiver nesse mundão.

À minha família fabicana, que me faz voltar a acreditar na profissão todos os dias. Obrigada pelo espaço para compartilhar as piores angústias e as melhores fofocas. É muito especial dividir essa paixão com vocês e sei que o jornalismo não poderia estar em mãos melhores.

Ao Rodrigo, pela amizade durante esses cinco anos e por todo o amor nos últimos três. Obrigada por dividir a vida e a louça comigo.

A todos os educadores que colaboraram de alguma forma com a minha formação acadêmica e pessoal. Em especial, à minha orientadora, Gisele, e ao destino por ter proporcionado esse encontro mágico. Obrigada por me acolher como primeira orientanda nessa nova fase e pelo carinho em cada comentário e correção. Me inspiro em cada passo teu como jornalista, acadêmica, professora, mãe e mulher e sou eternamente grata pela oportunidade de te ter como guia espiritual.

Ao WWF-Brasil, pela oportunidade de reencontrar meu propósito e me encontrar no mundo, por me proporcionar as experiências que inspiraram esse trabalho e a todos os colegas que fizeram parte do último ano mais especial da minha vida. À Sol, Jac e todo o Círculo de Comunicação Institucional pelo apoio, acolhimento e ensinamentos diários. À Iasmin, Leo e Rodrigo, que se tornaram tanto em tão pouco tempo, obrigada pela amizade que ultrapassa qualquer distância.

À UFRGS, que me proporcionou tudo isso: do encontro dos meus pais a todos os meus encontros e, finalmente, a conclusão dessa jornada. É impossível descrever todas as transformações que o ensino público catalisou dentro de mim e tudo que pude construir a partir da minha vivência na Universidade. Finalizo essa etapa com a certeza de que todos os frutos da minha formação vêm da educação pública, gratuita e de qualidade.

Obrigada a todos que, de alguma forma, deixaram um pedacinho seu aqui. Cada troca foi fundamental para a construção desse grande mosaico que segue em busca de novas partes.

Por fim, dedico este trabalho à memória de Dom Phillips, Bruno Pereira, Ari-uru-eu-wau-wau, Emyra Waiãpi, Sarapó Ka'apor e todas as vítimas da violência que leva a vida das florestas e dos povos que a mantêm de pé. Que nunca deixemos de contar suas histórias e sigamos lutando pela preservação do que é vivo.

*Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.*

Ailton Krenak

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os sentidos construídos pelo jornal britânico The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas da Amazônia durante o governo Bolsonaro. Os objetivos específicos são: a) apresentar um histórico do garimpo no Brasil, entendendo suas particularidades enquanto atividade econômica e impactos na sociobiodiversidade; b) identificar os sentidos mobilizados nas matérias do The Guardian sobre garimpo em Terras Indígenas entre 2019 e 2022; c) problematizar os sentidos encontrados com os aspectos ideológicos sobre o garimpo e o contexto do tema no governo Bolsonaro. O corpus da pesquisa é composto por 12 textos publicados na versão online do The Guardian entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Para contextualizar o objeto, apresento uma revisão histórica do garimpo no Brasil e seus principais impactos sociais e econômicos, destacando o período de vigência do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, responsável por uma série de desmontes na agenda socioambiental. Em seguida, discuto o papel do jornalismo como instituição social nas sociedades democráticas e suas finalidades, além de abordar a ideia de jornalismo como gênero discursivo e os conceitos antropológicos de alteridade e outridade como nortes para a cobertura jornalística. Para o desenvolvimento da análise acerca dos sentidos, utilizo como base metodológica a Análise de Discurso (AD) de linha francesa. A partir desse processo, encontrei duas grandes formações discursivas construídas pelo The Guardian acerca do garimpo: o garimpo como violência e o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas formações estão presentes em 113 sequências discursivas: 86% delas constroem o sentido da violência e 14% reiteram o sentido da alternativa de sustento para vulneráveis.

**Palavras-chave:** jornalismo; discurso; garimpo; mineração ilegal; Terras Indígenas; Amazônia; The Guardian

## ABSTRACT

This research aims to analyze the meanings constructed by the British newspaper The Guardian in its discourse about illegal mining (garimpo) in Indigenous Lands in the Amazon during the Bolsonaro government. The specific objectives are: a) to present a history of mining in Brazil, understanding its peculiarities as an economic activity and its impacts on socio-biodiversity; b) to identify the meanings conveyed in The Guardian articles about mining in Indigenous Lands between 2019 and 2022; c) to critically analyze the meanings found alongside the ideological aspects concerning mining and the contextual theme within the Bolsonaro government.. The research corpus consists of 12 texts published on The Guardian's online platform from January 2019 to December 2022. To contextualize the subject, I present a historical review of mining in Brazil and its main social and economic impacts, highlighting the period of ex-president Jair Bolsonaro's mandate, which was marked by significant dismantling of socio-environmental agendas. Subsequently, I discuss the role of journalism as a social institution in democratic societies as well as its purposes, and address the idea of journalism as a discursive genre. Anthropological concepts of alterity and otherness are also addressed as guiding principles for journalistic coverage. For the analysis of meanings, I employ French Discourse Analysis (DA) as the methodological framework. Through this process, I have identified two major discursive formations constructed by The Guardian regarding garimpo: garimpo as violence and garimpo as an alternative for vulnerable populations. These formations are present in 113 discursive sequences: 86% of them construct the meaning of violence and 14% reiterate the meaning of alternative support for the vulnerable.

**Key-words:** journalism; discourse; garimpo; illegal mining; Indigenous Lands; Amazon; The Guardian



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2. O GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Histórico do garimpo no Brasil</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Exploração e conflitos em Terras Indígenas</b>	<b>16</b>
2.2.1 Crimes associados ao garimpo	17
<b>2.3 Garimpo no governo Bolsonaro</b>	<b>19</b>
<b>3. JORNALISMO, DISCURSO E ALTERIDADE</b>	<b>24</b>
<b>3.1 O jornalismo como instituição social e suas finalidades</b>	<b>24</b>
<b>3.3 Jornalismo e discurso</b>	<b>34</b>
<b>4. ANÁLISE</b>	<b>38</b>
<b>4.1 Metodologia</b>	<b>38</b>
<b>4.2 Corpus</b>	<b>40</b>
<b>4.3 O discurso do The Guardian sobre garimpo</b>	<b>46</b>
4.3.1 FD1: Garimpo como violência	46
4.3.2 FD2 - Garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade	58
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE A – TABELA DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS</b>	<b>66</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo o MapBiomas, em 2021 o garimpo ilegal em Terras Indígenas (TIs) registrou a maior expansão em 36 anos, devorando 15 mil hectares num único ano. Em cinco anos, de 2017 a 2021, novas áreas de garimpo atingiram 59 mil hectares, superando o espaço de 56 mil hectares tomado pela atividade garimpeira até o fim da década de 80, quando milhares de pessoas migraram para Serra Pelada, no sudeste do Pará, em busca de ouro. A Terra Indígena (TI) mais afetada foi a Kayapó, com 11.542 hectares invadidos até 2021, seguida pela TI Munduruku, com 4.743 hectares, ambas no Pará. A TI Yanomami, com 1.556 hectares, que se estende entre Amazonas e Roraima, aparece em terceiro lugar.

O estudo do MapBiomas diferencia a mineração industrial do garimpo: a primeira é conceituada como a extração de minerais de valor econômico altamente mecanizada e especializada; o garimpo se caracteriza por uma mineração com processos mais rudimentares, sem planejamento e com muito emprego de mão de obra humana. Originalmente, a legislação brasileira considera o garimpo como qualquer área onde a extração mineral, geralmente o ouro, é feita em pequeno volume e com baixo impacto ambiental por uma pessoa, uma cooperativa ou associação. A definição é do Estatuto do Garimpeiro, de 2008 (Lei nº 11.685), que também estipula que, por causa dessas características, o garimpo independe de estudos de impacto ambiental para ser aprovado no país. Contudo, segundo especialistas da área ambiental, a definição da atividade garimpeira prevista em lei quase não se aplica mais à realidade do ouro extraído da Amazônia, uma vez que a expansão da prática já permite uma estrutura mais mecanizada e de larga escala.

Entre os motivos para o crescimento desenfreado estão o boom do preço das commodities, que aconteceu na primeira década dos anos 2000 e se repete agora, com o minério de ferro, o cobre e o ouro alcançando valores históricos no mercado. Além disso, um ponto importante é o posicionamento do governo federal que vigorou entre 2019 e 2022, especialmente do ex-presidente Jair Bolsonaro, que desde o início do mandato assumiu uma posição inteiramente favorável ao garimpo. Além de outras medidas pró garimpo e desmatamento, o governo Bolsonaro também acelerou o encaminhamento do Projeto de Lei 191/2020, que tinha como objetivo legalizar a mineração, o garimpo e outras atividades dentro de Terras Indígenas.

Além dos danos irreversíveis ao meio ambiente, o crescimento desenfreado da prática garimpeira também vem causando desastres humanitários brutais entre os povos indígenas: ataques armados, sequestros, abuso sexual e assassinatos. Esse aspecto humanitário tem sido

o foco da cobertura jornalística de uma série de veículos nacionais e internacionais, sendo um dos principais o The Guardian, jornal diário nacional britânico independente fundado em 1821 e que se posicionou contra as medidas do governo Bolsonaro em várias instâncias desde o início do mandato em 2019.

O Guardian conta com uma equipe especializada que trabalha em campo em diversas localidades na Amazônia, investigando questões como garimpo e agronegócio, que são diretamente responsáveis pelo desmatamento, degradação de recursos e violência contra povos indígenas em toda a extensão do bioma. No início de 2022, a cobertura qualificada e conhecida internacionalmente por responsabilizar os envolvidos em milícias de garimpo, desmatamento e pesca ilegal acabou custando a vida do jornalista do Guardian, Dom Phillips, junto ao indigenista Bruno Pereira. Ambos foram brutalmente assassinados durante uma viagem pelo Vale do Javari, que tinha como objetivo entrevistar indígenas e ribeirinhos para um livro sobre a Amazônia. As investigações repercutiram no mundo todo e deram ao Guardian ainda mais destaque na cobertura de questões socioambientais na Amazônia.

Levando em conta todos esses aspectos, o **objetivo geral** desta monografia é analisar os sentidos construídos pelo jornal britânico The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas da Amazônia durante o governo Bolsonaro. Como **objetivos específicos**, buscarei: a) apresentar um histórico do garimpo no Brasil, entendendo suas particularidades enquanto atividade econômica e impactos na sociobiodiversidade; b) identificar os sentidos mobilizados nas matérias do The Guardian sobre garimpo em Terras Indígenas entre 2019 e 2022; c) problematizar os sentidos encontrados com os aspectos ideológicos sobre o garimpo e o contexto do tema no governo Bolsonaro. Para isso, utilizarei como base a metodologia de Análise de Discurso (AD) de linha francesa.

O interesse em abordar a cobertura sobre garimpo como objeto de pesquisa se deu, primeiramente, a partir da minha relação pessoal e profissional com questões socioambientais. Desde o início da graduação busquei me aproximar da comunicação sob esse viés e desde abril de 2022 tenho tido a oportunidade de estagiar no WWF-Brasil, uma das maiores ONGs de conservação socioambiental do mundo. O trabalho no WWF me permitiu atuar na cobertura de um curso de tecnologia para a população ribeirinha na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, no Amazonas, experiência que me provocou uma série de questionamentos em relação à cobertura jornalística de ameaças à biodiversidade e aos povos tradicionais, principalmente se tratando de veículos internacionais. Com isso, decidi buscar entender de que forma o The Guardian repercute o

tema do garimpo e os conflitos gerados a partir dele, assim como a posição que povos indígenas, garimpeiros e figuras políticas ocupam nesse contexto.

Além das motivações pessoais, constatei que o tema do garimpo e dos conflitos em Terras Indígenas ainda é pouco explorado na pesquisa em jornalismo. A partir de uma pesquisa realizada no Banco de Teses e dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Lume UFRGS, Anais Intercom e Anais SBPJor nos anos de 2016 até 2022 e consultando as palavras-chave *mineração ilegal*, *garimpo*, *Terra Indígena*, *Amazônia*, *The Guardian* e *análise de discurso* foram encontrados 25 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos, com análises de discurso em diferentes objetos no contexto do jornalismo socioambiental e político. O garimpo apareceu como objeto em apenas quatro dos trabalhos mapeados e foram encontrados somente seis trabalhos com a metodologia de análise de discurso jornalístico centrados na temática socioambiental. Mais especificamente, não foi encontrada nenhuma pesquisa cujo objeto fosse a cobertura de garimpo em Terras Indígenas na Amazônia, fato que demonstra a importância de explorar mais o tema na produção científica em comunicação e jornalismo. O *The Guardian* foi tema de três trabalhos que analisaram objetos fora do campo do jornalismo socioambiental, mas que tratam da representação de questões relacionadas ao Brasil na mídia internacional.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Na sequência desta introdução, o segundo capítulo traz uma análise histórica abrangente dos fenômenos da mineração e do garimpo no Brasil, com foco nos seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico do país, particularmente na região Amazônica, a partir de Machado e Figueirôa (2001) e Veiga, Silva e Hinton (2002). A seguir, busco explorar os impactos associados ao garimpo ilegal dentro das Terras Indígenas da Amazônia, ressaltando os desdobramentos ambientais e a cadeia de crimes conectados a essa prática conforme Fábio (2022) e Molina (2023). Por fim, o capítulo trata do avanço do garimpo em TIs especificamente na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que resultou em uma crise humanitária e ambiental entre os povos indígenas e seus territórios.

O terceiro capítulo explora a função do jornalismo enquanto uma instituição social presente nas sociedades democráticas, com uma análise mais aprofundada de sete das 12 finalidades propostas por Reginato (2019), as quais são relevantes para o escopo da pesquisa em questão. Também apresento a perspectiva do jornalismo como um sistema perito conforme Miguel (1999), entendendo que a cobertura do *The Guardian* sobre garimpo proporciona acesso a informações normalmente inacessíveis ao público do veículo. Além disso, o capítulo contempla os conceitos de alteridade e outridade no contexto jornalístico,

conforme Lago (2014) e Freitas e Benetti (2017). Também busco trazer a concepção do jornalismo como um gênero discursivo, conforme delineado por Benetti (2008), e exploro os princípios fundamentais da Análise de Discurso como base metodológica para a análise do estudo.

O quarto capítulo apresenta a metodologia de Análise de Discurso de linha francesa conforme Orlandi (2007) e Benetti (2008) e o corpus da pesquisa, composto de 12 textos publicados pelo The Guardian entre janeiro de 2019 e dezembro 2022, período de vigência do governo Bolsonaro. Por fim, trago os resultados da análise, descrevendo os sentidos encontrados dentro das duas grandes formações discursivas mapeadas: o garimpo como violência e o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade. As considerações finais são um apanhado de reflexões acerca do processo metodológico e dos resultados encontrados.

## 2. O GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS

*Há duas formas de se produzir um desterro:*

- 1) *Os trens levam as pessoas de suas terras:  
Exílio.*
- 2) *Os trens levam a terra de suas pessoas:  
Mineração.*

Esther Maria Guimarães

Neste capítulo, busco trazer uma revisão histórica do garimpo no Brasil e seus impactos no desenvolvimento socioeconômico do país, principalmente da região Amazônica, com foco nos períodos em que o ouro foi uma das principais commodities exploradas. Em seguida, abordo os impactos causados pelo garimpo ilegal dentro de Terras Indígenas, destacando as consequências ambientais e a cadeia de crimes relacionados a essa atividade que se instaura dentro dos territórios indígenas, desde a violência até a contaminação por mercúrio. Por fim, trato do avanço do garimpo em áreas protegidas entre 2019 e 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, período em que a agenda socioambiental sofreu uma série de desmontes motivados por Bolsonaro e sua base no Congresso Nacional, causando mais destruição e uma crise humanitária entre povos indígenas, em especial o povo Yanomami.

### 2.1 Histórico do garimpo no Brasil

Segundo Machado e Figueirôa (2001), o ouro foi responsável pelo início do quarto ciclo econômico do período colonial no século XVII, com o descobrimento de jazidas fluviais em Minas Gerais por expedições bandeirantes. Nesse período, a coroa portuguesa, que enfrentava uma dura crise na Europa, passou a incentivar a busca pelo metal através de recompensas como cargos militares e títulos de nobreza. Durante os séculos XVII e XVIII, o Brasil contribuiu com 50% da produção mundial de ouro e diamante, o que garantiu mais poder e estabilidade à Portugal.

O primeiro código acerca dos processos de mineração data de 1603 (Machado; Figueirôa, 2001), enquanto o primeiro texto de regulamentação sobre os processos de extração do ouro, especificamente, foi estabelecido em 1730 (Veiga; Silva; Hinton, 2002). Apesar dos esforços da coroa para estabelecer um tipo primordial de legislação, a prática de contrabando começou a crescer nas regiões em que os minérios já eram mais desenvolvidos,

porque o ouro contrabandeado era mais lucrativo por conta da isenção de impostos – não era preciso pagar o “quinto” (taxa de 20% sob o valor do ouro extraído). De forma geral, era uma prática à qual recorriam trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, realidade que se mantém nos garimpos até hoje.

Eram aventureiros da Europa atraídos pelo ouro, mestiços livres e pobres nascidos na colônia, ex-escravos fugidos ou alforriados [...], um segmento destituído de vínculos estáveis com a terra e deslocando-se permanentemente à cata de oportunidades para sobrevivência e ascensão social (Póvoa-Neto, 1997, p. 45).

Segundo Veiga, Silva e Hinton (2002), como uma forma de lidar com as restrições das autoridades e a concorrência de novos mineradores chegando todos os dias, os trabalhadores iniciaram uma busca por novas jazidas para além de Minas Gerais (MG). Assim, seguindo também uma onda de desaceleração nos minérios de MG, na segunda metade do século XVII começaram a surgir novas expedições para a região norte da Amazônia, até então inexplorada, onde inicialmente foi encontrado ouro nos rios Madeira, Jamari, Corumbiara e Parecis. Os primeiros registros da descoberta de ouro na região do Rio Tapajós, uma das mais exploradas hoje, datam de 1747 (Veiga; Silva; Hinton, 2002).

De forma geral, a ocupação do território na Amazônia não foi um processo planejado e gradual, mas “se fez em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional” (Becker, 2004, p. 117). O ciclo de extração da borracha foi o principal responsável pelo primeiro fluxo migratório para a Amazônia no final do século XIX. Conforme Veiga, Silva e Hinton (2002), o processo de migração de uma parcela das atividades mineradoras para a região proporcionou o início da diversificação econômica na área, ainda que o foco se mantivesse na extração do látex.

O boom da borracha logo enfrentou uma queda em 1910 devido à produção asiática do látex que já alcançava grandes escalas. No Brasil, a atividade não exigia grandes investimentos de infraestrutura uma vez que os seringueiros utilizavam poucos instrumentos na coleta, o que fez com que a moeda estrangeira não fosse reinvestida na Amazônia, freando o desenvolvimento industrial da região como um todo (Santos, 1995). Com isso, a região amazônica entrou em um período de crise e estagnação até meados dos anos 30, quando iniciaram-se as primeiras tentativas de planejamento regional mobilizadas pelo governo Vargas.

Conforme Santana (2009), a partir dos anos 60 o processo de ocupação da Amazônia deixa de ser arbitrário e começa a ser planejado de forma estratégica com o objetivo de

integrar a região definitivamente ao cenário econômico nacional, seguindo a doutrina nacionalista de segurança e união do país que era pregada pela ditadura militar. Em fevereiro de 1966, o governo Castelo Branco (1964-1968) lança a política “Operação Amazônia”, um conjunto de leis e medidas administrativas focadas na distribuição de incentivos fiscais para tornar o território mais atrativo para a instalação de empreendimentos nacionais, com o “objetivo político de ocupar a Amazônia, eliminando um vácuo que poderia ser ocupado por potências estrangeiras ou, à maneira das Farcs na Amazônia colombiana, por forças subversivas [...]” (Ferreira; Bastos, 2016, p. 19).

O plano compreendeu leis que reestruturaram o Banco da Amazônia S.A., transformaram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com a missão precípua de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia, e concederam incentivos fiscais em favor da região.

As medidas foram responsáveis pela expansão de polos agrícolas destinados à exploração dos recursos naturais como látex e castanha-do-Pará, além da atividade agropecuária. O início do governo Médici (1969-1974) é marcado pelo lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN) em junho de 1970, cuja principal diretriz era a implementação da rodovia Transamazônica. Durante esse período, a propaganda que apontava a Amazônia “como um espaço vazio a ser incorporado aos demais centros produtivos” (Santana, 2009, p. 5) foi ainda mais ostensiva e convidava pequenos agricultores a tornarem-se colonos na área através de cooperativas de colonização e projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Apesar dos incentivos, as pequenas comunidades rurais que se estabeleceram na região não tiveram grande sucesso. Ainda no início dos anos 70, com a quebra do tratado de Breton-Woods que fixava o preço do ouro em US\$1,25/grama, houve um crescimento gradual no valor do metal, chegando ao recorde de US\$30/grama em 1980. Segundo Veiga, Silva e Hinton (2002), a alta repentina no preço do ouro, associada à falta de perspectiva dos agricultores que haviam se mudado para a região, fez da exploração mineral uma atividade muito atrativa tanto para trabalhadores quanto para o próprio governo militar, porque também significava mais uma oportunidade de ocupação territorial.

Ainda nesse contexto, para promover a migração de mais trabalhadores para a região, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) criou sete Reservas Garimpeiras na Amazônia, somando uma área de 31,5 mil km<sup>2</sup>. Os primeiros anos da década de 80 foram marcados pela intensificação da busca pelo ouro com a descoberta de Serra Pelada, região na Serra dos



Carajás, no Pará, onde o agricultor Genésio Ferreira da Silva encontrou uma pepita de ouro de 13 quilos em suas terras. Conforme Veiga, Silva e Hinton (2002), em março de 1980 já existiam cerca de 5 mil garimpeiros trabalhando na área, o que levou o governo a esquematizar um plano de controle para as atividades que começavam a se desenvolver na região através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e da Docegeo, empresa de pesquisa da Companhia Vale do Rio Doce, que já detinha os direitos de exploração do terreno onde o garimpo foi instalado por um requerimento de pesquisa para manganês e ferro.

Apesar dos conflitos e das duras condições de trabalho do garimpo evidenciadas com o caso da Serra Pelada, a exploração de ouro em outras regiões da Amazônia cresceu ainda mais e estima-se que em 1989 mais de um milhão de garimpeiros trabalhavam em pelo menos dois mil garimpos espalhados pela floresta, produzindo cerca de 100 toneladas de ouro por ano (Feijão; Pinto, 1992). A prática seguiu em desenvolvimento mesmo com as duras críticas que começavam a surgir com a onda ambientalista dos anos 80, que já questionava a falta de políticas de recuperação ambiental para as áreas degradadas pelo garimpo (Barbosa, 1992).

Conforme o manual "Mineração ilegal de ouro na Amazônia: Marcos jurídicos e questões controversas"<sup>1</sup>, lançado em 2020 pelo Ministério Público Federal (MPF), a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a proteção de diversos setores sociais marginalizados, incluindo os garimpeiros. Essa proteção foi introduzida em meio a uma disputa entre garimpeiros que buscavam o direito de trabalhar em Serra Pelada e a Vale do Rio Doce, que detinha o título de concessão para a exploração de manganês e ferro na região (Fábio, 2022). Segundo o MPF (2020), “o caso concreto ilustrava bem a disputa de forças entre uma massa de trabalhadores hipossuficientes (com poucos recursos econômicos, não autossuficientes), por um lado, e uma grande mineradora, de outro” (Brasil, 2020, p. 61).

O estopim do conflito aconteceu em 29 de dezembro de 1987, quando um grupo de garimpeiros que reivindicava a continuidade das atividades em Serra Pelada interditou a ponte do rio Tocantins em Marabá (PA). Em uma operação para desobstruir a ponte por determinação do governador Hermínio Calvino Filho, a polícia atirou contra os manifestantes, deixando pelo menos três mortos e dezenas de desaparecidos (Fábio, 2022).

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/ManualMineraoIlegaldoOuronaAmazniaVF.pdf>. Acesso em: 30 mar 2023.

O caso refletiu diretamente na Constituinte, que estabeleceu normas de proteção específicas para os garimpeiros. No artigo 174, além de atribuir à União a responsabilidade de “estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa” (Brasil, 1988), a lei afirma, ainda, que “a organização da sociedade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros” (Brasil, 1988) deve ser feita pelo Estado. Contudo, a Carta declara no artigo 231 que esses benefícios não se aplicam aos territórios demarcados como Terras Indígenas.

A partir da década de 90, o caráter da atividade não era mais rudimentar e artesanal e já era possível enxergar uma lógica de modelo empresarial sendo aplicada aos garimpos, que contavam com uma estrutura social dividida entre patrões e trabalhadores, em especial na região do rio Tapajós (Molina, 2023). Esses arranjos informais são mais um reflexo da associação histórica do garimpo à clandestinidade: ainda que o Estatuto do Garimpeiro de 2008 estabeleça cooperativas e contratos de parceria como modalidades oficiais de trabalho, as relações entre donos de garimpo e peões são raramente formalizadas, expondo os trabalhadores a condições precárias e sem garantia de direitos trabalhistas.

Atores sociais conhecidos como “donos de garimpo” são os principais agentes, passando a organizar o empreendimento. Também chamados de “patrões”, estes agentes contratam, diretamente ou por meio de intermediários, os peões garimpeiros, dominando-os por meio de contratos informais que envolvem a exclusividade na comercialização do ouro, a permissão no uso de equipamentos e, não raro, práticas de endividamento, além de esquema de vigilância no intuito de manter a ‘ordem’ nos garimpos (Monteiro *et al.*, 2010, p. 139, grifos dos autores).

De acordo com o mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil da rede de pesquisadores MapBiomass<sup>2</sup>, a área ocupada pelo garimpo no Brasil aumentou em nove vezes entre 1985 e 2021. O salto foi de 21 mil hectares para 196 mil hectares, o equivalente a aproximadamente 181 mil campos de futebol ou cerca de 1,2 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Ainda segundo o MapBiomass, o dado superou o tamanho da área ocupada pela mineração industrial pelo quarto ano consecutivo, fato que não ocorria desde 1999. O garimpo é a principal atividade econômica na região do Médio Tapajós hoje, identificada por alguns autores como a maior área de mineração artesanal e de pequena escala do mundo (FÁBIO, 2022). Além disso, é importante pontuar que o relatório caracteriza garimpo como

---

<sup>2</sup> Disponível em:

[https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomass\\_Minera%C3%A7%C3%A3o\\_2022\\_30\\_09.pdf](https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomass_Minera%C3%A7%C3%A3o_2022_30_09.pdf)

Acesso em: 10 mar 2023.

atividade de pouco planejamento e infraestrutura, com alto emprego de mão de obra humana, diferenciando da noção de mineração industrial, caracterizada pela extração de minerais altamente mecanizada e especializada.

No manual “Mineração ilegal do ouro na Amazônia”, o MPF busca trazer uma visão atualizada do garimpeiro na região, distante do estereótipo do “profissional com picareta e bateia, que percorre cursos d’água da região atrás de pepitas nos sedimentos de leitos de rios” (Fábio, 2022). Além dos garimpeiros que atuam como no período colonial, há também empresários que utilizam maquinário pesado e grandes estruturas, como balsas, dragas e escavadeiras hidráulicas para explorar áreas extensas. De acordo com os promotores, a imagem tradicional do garimpeiro é usada para justificar benefícios legais e apoio político a um tipo de mineração praticada por esses empresários e que tem efeitos socioambientais devastadores (Brasil, 2020).

## **2.2 Exploração e conflitos em Terras Indígenas**

O garimpo sempre foi associado à ilegalidade no Brasil, porém, desde o século XX, é regulamentado e definido pela legislação brasileira. A Constituição de 1988 protege a atividade, que é considerada tanto como regime de exploração mineral, conforme legislação de 1989, quanto como trabalho remunerado, pelo Estatuto do Garimpeiro de 2008. Para realizar a exploração mineral de forma legal no Brasil, é necessário passar pelo "processo minerário" gerenciado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que pode resultar na emissão de um "título minerário". No caso do garimpo, o título correspondente é a "permissão de lavra garimpeira" — "lavra" é um termo da mineralogia que se refere à extração de minerais. Atualmente, o garimpo é proibido em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, mas ainda é praticado clandestinamente nesses locais, atraindo milhares de migrantes para a Amazônia (Fábio, 2022).

Segundo o MapBiomias, de 2010 para 2021 a área ocupada pelo garimpo dentro de Terras Indígenas cresceu 625%. A atividade vem atingindo uma escala maior nos últimos anos, com o uso de equipamentos como bombas e máquinas pesadas mais modernas. Nesta escalada, agosto de 2017 representou um marco político em prol da extração irregular: naquele mês, o então presidente Michel Temer (MDB) assinou um decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), área de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá e que é rica em ouro e outros minérios. A medida, que acabou não

sendo implementada, foi uma sinalização de que havia apoio para abertura da região, até então intacta, aos interesses do garimpo.

### 2.2.1 Crimes associados ao garimpo

Waisbich *et al.* (2022, p.7) identificam o garimpo ilegal como uma economia ilícita dentro de um “ecossistema de práticas ilegais ambientais e não ambientais” que se desenvolve dentro da Amazônia atualmente. As demais economias ilícitas tipificadas pelos autores e diretamente ligadas ao garimpo são a grilagem de terras, a exploração ilegal de madeira e a agropecuária com passivo de ilegalidades ambientais, como desmatamento. Além da própria natureza de ilegalidade da extração de minérios em uma área protegida, o garimpo em Terras Indígenas está associado a uma cadeia de crimes que vão desde fraude até a poluição por mercúrio e violência contra povos indígenas e ativistas.

Segundo o dossiê “Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira”, publicado pelo Instituto Socioambiental em parceria com a Aliança em Defesa dos Territórios em 2023<sup>3</sup>, o garimpo em Terras Indígenas funciona entre organizações criminosas que praticam uma série de infrações socioambientais. De um lado, a violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores que se revela na forma de crimes como tráfico de pessoas, exploração sexual de mulheres e crianças (indígenas e não indígenas) e condições de trabalho análogas à escravidão.

Um levantamento do Observatório da Mineração<sup>4</sup> a partir do registro de 31 operações policiais mostrou que 333 pessoas foram resgatadas de condições análogas à escravidão em garimpos, a maioria na Amazônia, entre 2008 e 2021. De forma geral, o crime se dá a partir de um acúmulo de dívidas de gastos com transporte e alimentação entre os trabalhadores, que além de terem seu pagamento sempre retido com o empregador, também precisam pagar uma quantidade X de ouro para conseguir deixar o garimpo. Um sistema parecido também acontece com mulheres que acumulam dívidas associadas ao trabalho sexual, como foi

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/terra-rasgada-como-avanca-o-garimpo-na-amazonia-brasil-eira>. Acesso em: 7 abr 2023.

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-mais-de-300-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-foram-resgatados-em-garimpos-no-brasil/>. Acesso em: 7 abr 2023.

revelado em um especial da Folha de São Paulo, em 2021<sup>5</sup>. Em Roraima, na Guiana e na Venezuela, traficantes recrutam jovens mulheres imigrantes com a oferta de pagamentos em ouro por programa ou em funções como cozinheiras dentro dos garimpos. As mulheres acabam obrigadas a pagar pelos gastos logísticos e ficam presas no local.

Além disso, existem ainda os esquemas de crime organizado e de natureza administrativa e tributária. Um dos principais é a fraude na declaração de origem do ouro, processo conhecido como “esquentamento” e é utilizado para legalizar o mineral que é extraído ilegalmente em Terras Indígenas. Conforme apuração do Repórter Brasil na série “Ouro do Sangue Yanomami”<sup>6</sup>, a fraude acontece da seguinte forma: após a extração, uma parte do ouro é vendida para pessoas físicas ou pequenas joalherias (que não têm autorização do Banco Central para comercializar o metal) sem nota fiscal. O ouro, então, é revendido para outro intermediário — um posto de compra que representa uma Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários (DTVIM), empresa autorizada pelo Banco Central a comprar o metal; nessa etapa, o vendedor preenche uma nota fiscal afirmando que o ouro foi extraído de um garimpo e o ouro, agora legalizado, é vendido mais uma vez para bancos ou grandes joalherias, como HStern, Ourominas e D’Gold.

O tráfico de mercúrio, drogas e armas também é comum. Segundo Molina (2023), as ligações do garimpo com organizações do narcotráfico já são reconhecidas há muito tempo e há confirmação de atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Tren de Aragua, uma das maiores facções da Venezuela, dentro dos garimpos em território Yanomami. A entrada do PCC na Terra Indígena (TI) Yanomami aconteceu por volta de 2018 e hoje a facção atua na segurança, no fornecimento e no transporte de insumos, no controle de prostíbulos e cantinas e na própria exploração do ouro em balsas (Molina, 2023). A cooptação de indígenas por empresários do ramo para facilitar a entrada e a permanência nos territórios é outra prática que também promove a violência dentro de TIs e funciona como um mecanismo de expansão da atividade garimpeira nessas áreas.

Segundo Fábio (2022), outro problema grave associado diretamente ao garimpo é a contaminação por mercúrio que afeta as populações indígenas, ribeirinhas e os próprios garimpeiros, além do ecossistema da Amazônia como um todo. O metal é utilizado para

---

<sup>5</sup> Disponível em:

[https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/traficantes-de-pessoas-mudam-tatica-e-atraem-mulheres-para-dividas-impagaveis.shtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsfolha](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/traficantes-de-pessoas-mudam-tatica-e-atraem-mulheres-para-dividas-impagaveis.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha). Acesso em: 7 abr 2023.

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2021/06/hstern-ourominas-e-dgold-as-principais-compradoras-do-ouro-ilegal-da-ti-yanomami/>. Acesso em: 23 mar 2023.

separar o ouro dos demais sedimentos na extração, porque se liga ao ouro formando uma amálgama mais pesada. Quando a mistura é aquecida, os dois metais se separam e o ouro fica concentrado em pepitas brutas.

O descarte do metal é feito na própria natureza, de forma que o mercúrio inorgânico acaba transformado em metilmercúrio através de bactérias que o consomem. Essas bactérias contendo o metilmercúrio são liberadas na água ou consumidas por outros seres vivos, gerando um processo de biomagnificação, no qual os níveis mais altos da cadeia alimentar acabam com mais concentração de mercúrio no organismo (Silva, 2020).

Outra forma de liberação é através das dragas de garimpo, muito utilizadas na região do rio Tapajós, que funcionam como guindastes varrendo o fundo dos rios para filtrar o ouro (Fábio, 2022). Nesse processo, o mercúrio que também fica depositado no fundo retorna para a superfície, contaminando água, peixes e outros animais. Os dejetos do metal que são absorvidos pelo solo podem contaminar uma área de até 1 km e chegar ao lençol freático, tornando toda a água da região insalubre (Veiga; Silva; Hinton, 2002).

A contaminação entre seres humanos acontece através da exposição ao metal por longos períodos, como é o caso dos garimpeiros e pescadores, e pelo consumo de peixes contaminados, que compõem uma parte significativa da alimentação da população amazônica atualmente. Segundo a Avaliação Global do Mercúrio de 2018 (Global Mercury Assessment)<sup>7</sup>, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o consumo de animais marinhos é 15 vezes maior entre essa população do que em grupos não-indígenas. Quando acumulado a longo prazo, o mercúrio compromete os sistemas neurológico, imunológico, digestivo, respiratório e a visão, além de apresentar risco grave para o desenvolvimento fetal e a saúde intrauterina, uma vez que consegue atravessar o córtex cerebral e a placenta (Silva, 2020).

### **2.3 Garimpo no governo Bolsonaro**

Em entrevista à Folha de São Paulo em maio de 2017<sup>8</sup>, quando ainda atuava como deputado federal pelo PSC-RJ, o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou que costumava praticar garimpo de ouro com bateia (instrumento utilizado para separação de metais em

---

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://www.unep.org/resources/publication/global-mercury-assessment-2018?\\_ga=2.218762779.348332446.1681951424-1784097124.1681951424](https://www.unep.org/resources/publication/global-mercury-assessment-2018?_ga=2.218762779.348332446.1681951424-1784097124.1681951424). Acesso em: 14 mar 2023.

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885048-bolsonaro-afirma-que-praticava-garimpo-de-ouro-nos-nos-1980.shtml>. Acesso em: 10 mar 2023.

depósitos sedimentares), mesmo sem a autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). No ano seguinte, já em campanha como candidato à presidência pelo PSL, Bolsonaro reforçou uma série de vezes que era favor de “abrir o garimpo” e que, se eleito, levaria “progresso” às Terras Indígenas e quilombolas autorizando o garimpo e até a venda de terras demarcadas<sup>9</sup>.

Em 2019, com o início do mandato, o então Ministro de Minas e Energia Beto Albuquerque começou a reunir-se com lobistas, investidores e executivos de mineradoras nacionais e internacionais e articular o que viria a se tornar o PL 191/2020, que autorizava a mineração, o garimpo e outras atividades dentro de Terras Indígenas, inclusive em territórios de povos isolados. Assinado por Albuquerque e pelo então Ministro da Justiça Sérgio Moro, o PL 191/2020 tinha como base o PL 1610/1996, apresentado pelo ex-senador Romero Jucá (atualmente no MDB, na época filiado ao PFL).

O projeto previa a execução de estudos técnicos prévios de avaliação do potencial exploratório das TIs sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional. Além disso, determinava o pagamento de uma indenização e 50% de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, a serem depositados pelo próprio empreendedor diretamente para o “conselho curador”, um grupo também de natureza privada, destinado à gestão dos recursos financeiros e composto por no mínimo três indígenas (Brasil, 2020).

O PL 191/2020 era tratado como prioridade pelo presidente da Câmara Arthur Lira (PP), com votação prevista para abril de 2022, mas foi desacelerado pela repercussão negativa no mercado e na mídia após uma série de manifestações de povos indígenas e ativistas, como o Ato Pela Terra e a ocupação Acampamento Terra Livre, ambos em Brasília. Em 2022, o projeto seguiu tramitando em regime de urgência, mas não entrou em votação. No dia 31 de março de 2023, em publicação no Diário Oficial da União (DOU)<sup>10</sup>, o presidente Lula solicitou ao Congresso Nacional que o PL 191/2020 fosse retirado da pauta de tramitação.

Molina (2023) reforça que o posicionamento favorável de Bolsonaro desde o início da campanha presidencial e o movimento pela aprovação do PL 191/2020 ocorreram de forma sistemática em conjunto com o aparelhamento da Funai e o desmonte da fiscalização ambiental para viabilizar o avanço do garimpo em Terras Indígenas a partir de 2019.

---

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilombolas-22884565>. Acesso em: 10 mar 2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despachos-do-presidente-da-republica-474120131>. Acesso em: 3 abr 2023.

Conforme apuração do Estado de S. Paulo<sup>11</sup> a partir de dados do Ibama, o período registrou o menor número de multas ambientais em 20 anos, passando de 20 a 25 mil autos de infração entre 2000 e 2010 para 9 mil em 2021. O número de processos de infração que chegaram a julgamento em última instância também caiu drasticamente, passando de 3 mil em 2019 para 369 em 2021.

Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA)<sup>12</sup> também concluiu que o orçamento dos órgãos federais socioambientais como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ibama e ICMBio diminuiu em 71% entre 2014 e 2021. Também em 2021, o Ibama dispensou a verba extra destinada pelo Congresso para operações, liquidando apenas 41% dos recursos disponíveis para fiscalização.

O desmonte da fiscalização aliado ao apoio do ex-presidente e sua base aos garimpeiros trouxe consequências inéditas: conforme o MapBiomas, de 2017 a 2021 a ocupação de novas áreas de garimpo chegou aos 59 mil hectares, número que supera toda a área ocupada pela atividade no Brasil até o fim da década de 80. Com a ocupação de 15 mil hectares, o ano de 2021 registrou a maior expansão em 36 anos.

A gestão do governo federal em relação ao garimpo foi criticada em um informe apresentado na 51ª sessão ordinária do Conselho dos Direitos Humanos da ONU (CDH)<sup>13</sup>, realizada entre setembro e outubro de 2022, com relatoria de Marcos Orellana, especialista em direito internacional e responsável por examinar o impacto de medidas ambientais nos direitos humanos no CDH. No documento, o relator destaca o problema da contaminação por mercúrio entre populações indígenas, afirmando que a falta de medidas protetivas revela um caso de racismo estrutural.

Os direitos das pessoas indígenas, especialmente na Amazônia, estão sendo pisoteados, seus ambientes destruídos e suas culturas fragmentadas por legiões de mineradores ilegais que invadem suas terras protegidas, trazendo com eles mercúrio tóxico, violência, doenças, drogas, álcool e a exploração de mulheres. Isso é permitido tacitamente por interesses políticos e econômicos de alto nível que ocupam o espaço nebuloso do ouro ilícito. O comércio lucrativo de ouro e mercúrio contrabandeados tem atraído a atenção de militares, policiais e agentes alfandegários mal pagos e corruptos, juntamente com agentes sem escrúpulos do crime organizado, paramilitares e

---

<sup>11</sup> Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/com-desmatamento-em-alta-gestao-bolsonaro-tem-menor-numero-multas-ambientais-em-vinte-anos/>. Acesso em: 7 abr 2023.

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-fi-nanciamento-da-gestao-ambiental-no-brasil-uma-aval-iacao-partir-do-orcamento>. Acesso em: 7 abr 2023.

<sup>13</sup> Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/403/63/PDF/G2240363.pdf?OpenElement>. Acesso em: 5 abr. 2023.



gângues criminosas que atacam garimpeiros com violência, esquemas de proteção e extorsão (Orellana, 2022, p. 19, tradução minha)<sup>14</sup>.

### 2.3.1 A crise humanitária na Terra Indígena Yanomami

Com mais de nove milhões de hectares demarcados, a Terra Indígena Yanomami engloba sete municípios entre o Amazonas e Roraima, sendo a maior TI do Brasil. Na fronteira com a Venezuela, o território é uma rota estratégica para o garimpo, que cresceu 300% na região entre 2018 e 2022<sup>15</sup>.

Segundo Albert (1995), o primeiro contato do povo Yanomami com não-indígenas aconteceu entre 1910 e 1940 com a chegada de trabalhadores extrativistas, militares em expedição de delimitação de fronteiras e sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Contudo, a saúde do povo e a integridade do território entraram em risco a partir dos anos 70 com a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), que previa a construção da rodovia Perimetral Norte na região da TI como parte da Transamazônica. O desmatamento gerado pela obra e a ocupação da área por fazendeiros e madeireiros causou o primeiro grande choque epidemiológico entre os Yanomami.

A partir de 1980, a TI começou a ser invadida por garimpeiros motivados pela descoberta de Serra Pelada e pelo Projeto RadamBrasil, que atendia ao lobby de mineradoras nacionais e internacionais para explorar a área. Estima-se que 30 a 40 mil garimpeiros estiveram na região nesse período (Albert, 1995), o que causou uma ocupação desenfreada e trouxe epidemias graves de malária e infecções respiratórias que custaram a vida de aproximadamente 13% da população yanomami brasileira.

A situação levou a uma investigação que culminou em uma ação para demarcar o território. A TI Yanomami foi demarcada em maio de 1992 em decreto assinado pelo então presidente Fernando Collor (PTB), processo que foi acompanhado de uma série de operações da Polícia Federal e do IBAMA para expulsar os garimpeiros. Em novembro de 1993, quando ainda ocupava o cargo de Deputado Federal, o ex-presidente Bolsonaro propôs em um

---

<sup>14</sup> No original: “The rights of indigenous peoples, in the Amazon particularly, are being trampled, their environments destroyed and their cultures fragmented by the legions of lawless miners invading their protected lands, bringing with them toxic mercury, violence, diseases, drugs, alcohol and the exploitation of women. This is tacitly enabled by high-level vested political and economic interests that occupy the shadowy space of illicit gold. The lucrative trade in smuggled gold and mercury has attracted the attention of poorly-paid and corrupt military, police and customs officials, together with unscrupulous agents of organized crime, paramilitaries and criminal gangs who prey on miners with violence, protection rackets and extortion”.

<sup>15</sup> Conforme dados da Hutukara Associação Yanomami e do Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

decreto legislativo a extinção da TI sob a premissa de “riqueza de madeiras nobres e metais raros”. O texto entrou em votação em 1995, mas não foi aprovado pela Câmara.

Conforme dados do MapBiomias<sup>16</sup>, o garimpo praticamente desapareceu do território nas duas décadas seguintes à demarcação, mas voltou de maneira abrupta em 2016 e se expandiu agressivamente até 2022. Além de uma nova epidemia de malária, que registrou mais de 40 mil casos entre 2020 e 2021<sup>17</sup>, a invasão do garimpo na TI Yanomami também trouxe uma onda de desnutrição crônica, problema que afeta principalmente as crianças. Isso se deve principalmente ao desmatamento e à contaminação por mercúrio nos rios, que acaba com os frutos da floresta e os peixes, principais meios de subsistência e alimentação dos povos indígenas. A participação dos garimpeiros no crime organizado também dificulta a organização de ações de resgate de enfermos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), cujo posto de saúde foi tomado e transformado em depósito de combustível.

Em 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso ordenou a retirada dos invasores do território Yanomami e de outras seis TIs a partir de um pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)<sup>18</sup>. Já em 2023, o STF emitiu um comunicado afirmando que detectou o descumprimento das decisões judiciais e fornecimento de informações falsas à Justiça por parte da União, e que haverá apuração para identificar os responsáveis, que sofrerão devido processo legal.

Após o apanhado histórico sobre o garimpo em Terras Indígenas, abordando desde a ocupação do território na Amazônia, a noção de exploração e conflito, até como o garimpo foi posicionado no governo Bolsonaro, o próximo capítulo traz uma discussão sobre as finalidades desempenhadas pelo jornalismo nas sociedades democráticas e os conceitos de alteridade e outridade jornalística.

---

<sup>16</sup> Dados citados em matéria do Fantástico, dia 29 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercuro-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2023.

<sup>17</sup> Conforme dados do Sivep Malária, sistema de monitoramento do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/rroraima/noticia/2023/02/01/garimpo-ilegal-na-terra-yanomami-creceu-54percent-em-2022-aponta-levantamento-de-associacao.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2021/05/TPI-ADP-709.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

### 3. JORNALISMO, DISCURSO E ALTERIDADE

*A “realidade” no jornalismo não é um retrato mas um bem simbólico, discursivamente trabalhado e retrabalhado.*

Rogério Borges

Neste capítulo, abordo o papel do jornalismo enquanto instituição social nas sociedades democráticas e as finalidades que ele desempenha, analisando de forma mais profunda sete das 12 finalidades estabelecidas por Reginato (2019) que se aplicam ao objeto da pesquisa. Em seguida, trato da ideia de jornalismo como sistema perito a partir de Miguel (1999), pensando na cobertura de garimpo em TIs feita pelo The Guardian, o qual é entendido aqui como um espaço de veiculação de informações às quais o público geral normalmente não consegue acessar por conta própria, sendo através dele que a sociedade constrói representações acerca desse tema. Também busco abordar os conceitos de alteridade e outridade jornalísticas a partir de Lago (2014) e Freitas e Benetti (2017), uma vez que os repórteres do The Guardian precisam desconstruir seu *habitus* de classe para incorporar o Outro - nesse caso representado pelos povos indígenas e garimpeiros - e narrá-lo de forma adequada. Por fim, trabalho a ideia de jornalismo como gênero discursivo (Benetti, 2008) e os princípios da Análise de Discurso.

#### 3.1 O jornalismo como instituição social e suas finalidades

O jornalismo é uma atividade crucial para o funcionamento da sociedade democrática, aspecto que “aparece ao longo dos séculos manifestado não só por jornalistas, como também por revolucionários que lutaram pelos princípios democráticos tanto nos Estados Unidos como em outras democracias em desenvolvimento” (Kovach; Rosenstiel, 2004, p. 35). Nesse sentido, compreender a função que ele desempenha é indispensável para analisar seu impacto e sua relevância na esfera pública. Park<sup>19</sup> (2008 *apud* Reginato, 2019) afirma que a opinião pública só pode existir se as pessoas souberem, de forma geral, o que está acontecendo. Sobre isso, Kovach e Rosenstiel (2004, p. 30) também afirmam que “os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por uma coisa mais elementar - a função exercida pelas notícias na vida das pessoas”. Para os autores, estar informado sobre aquilo que foge da nossa

---

<sup>19</sup> PARK, Robert. Notícia e poder da imprensa. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

experiência direta traz segurança, tornando a notícia uma necessidade para a vida em sociedade.

É fundamental reconhecer que o jornalismo enquanto instituição social foi afetado por uma série de transformações socioeconômicas ao longo da história, adquirindo novos formatos de produção e distribuição de notícias a partir do desenvolvimento tecnológico. Em relação a essas mudanças, Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que, independentemente das transformações nos métodos de produção e difusão das notícias, a finalidade primordial do jornalismo de transmitir os fatos para orientar a opinião pública permanece a mesma desde o surgimento da noção de imprensa.

A ideia do jornalismo como instituição social que cumpre um papel específico que não pode ser cumprido por outras instituições também é reforçada por Franciscato (2005, p. 167), que afirma que “a instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas”. O autor também defende, a partir de Chalaby (1996)<sup>20</sup>, a ideia de “campo jornalístico”, um modelo de campo social de produção discursiva especializado e autônomo surgido a partir de uma articulação entre fatores sociais, econômicos e culturais no século XIX. Essas transformações foram responsáveis pela estruturação de um modo de vida urbano, no qual o consumo do jornal se encaixa para informar e orientar as pessoas, de modo que se cria um mercado de leitores e, por consequência, a institucionalização do jornalismo (Franciscato, 2005).

Ainda quanto à função, Hall *et al.* (1993) estabelecem que os jornalistas<sup>21</sup> inserem nos mapas de significado da sociedade os ditos acontecimentos problemáticos, que são imprevisíveis, incomuns, rompem com a ordem e a rotina; esse é o valor notícia primário, fundamental. O jornalismo procura realçar esses elementos dramáticos e extraordinários das notícias para reforçar sua notabilidade. Embora os veículos jornalísticos não sejam necessariamente a primeira ou única fonte de informação acerca desses acontecimentos<sup>22</sup>,

---

<sup>20</sup> CHALABY, Jean. Journalism as an Anglo-American Invention - A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, v.11 (3), 1996. Chalaby adota para a análise o modelo de campo social formulado por Pierre Bourdieu.

<sup>21</sup> Ao abordar a produção social da notícia, Hall et al. se referem aos “*media*” e como os meios apresentam as informações, mas aqui trago essa relação para pensar sobre o papel dos jornalistas e a atuação dos veículos jornalísticos.

<sup>22</sup> Com a evolução das tecnologias digitais, vivemos em um contexto no qual os usuários podem divulgar as informações de forma direta, por exemplo, nas redes sociais, de forma que o jornalismo pode não ser a primeira fonte de informação acerca de muitos acontecimentos. No entanto, falar em jornalismo ainda é pensar numa das fontes de conhecimento mais relevantes para muitas pessoas, especialmente em temas como o da nossa pesquisa que não faz parte do cotidiano de grande parte da população.

cabe a eles contextualizar e tornar compreensível o que é chamado de “realidade problemática” para o restante da população.

Através desse processo de significação, os veículos jornalísticos definem quais acontecimentos devem ter um espaço de destaque na agenda pública e qual a melhor maneira de interpretá-los. Nessa interpretação, ficam implícitas determinadas orientações em relação a esses acontecimentos e às pessoas envolvidas neles. Ao mesmo tempo em que o jornalismo contextualiza as notícias para o entendimento e a orientação da sociedade, essa contextualização é feita a partir de noções que a própria sociedade reproduz, criando um ciclo de significação.

Estabelecida a noção do jornalismo enquanto instituição social e seu propósito, é importante discutir para que serve o jornalismo. Para isso, utilizo as 12 finalidades estabelecidas por Reginato (2019), partindo da ideia de que é necessário esclarecer que papel o jornalismo desempenha nas sociedades democráticas “para que agentes do campo jornalístico e de fora dele possam fazer críticas e exigências cabíveis e fundamentadas” (Reginato, 2019, p. 21). Ainda que nem toda pauta atenda a todas as finalidades, elas devem ser tidas como um norte para o jornalista, que deve buscar alcançá-las da forma mais ampla possível.

As finalidades definidas por Reginato (2019) são as seguintes: a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integralizar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade para a sociedade. Pensando na temática e no desenvolvimento deste trabalho, descrevo mais aprofundadamente sete dessas finalidades:

#### **- Informar de modo qualificado**

Informar de modo qualificado pode ser considerada a finalidade central do jornalismo, uma vez que se relaciona de forma interdependente com todas as demais e é o que garante à sociedade o acesso amplo aos fatos e a todos os aspectos que circundam a notícia. A autora reforça a importância de distinguir os conceitos de informação e informação jornalística, uma vez que a informação por si só não é suficiente para garantir o cumprimento do papel social do jornalismo de manter o público informado e orientar a opinião pública.

A informação qualificada depende de cinco características fundamentais: deve ser **verificada**, para que haja precisão no que é informado e na redação correta de termos; precisa ser **relevante**, cabendo ao jornalismo selecionar o que é atual e útil para o leitor, assim como dar relevância aos acontecimentos que seleciona para noticiar; também deve ser **contextualizada**, inserida em um quadro mais amplo de significados para que o leitor entenda o que está sendo informado; outro requisito é que seja **plural**, refletindo a diversidade de significação social do mundo através da pluralidade de fontes; por fim, o jornalista precisa transmitir a informação de forma **envolvente**, utilizando técnicas narrativas para atrair a atenção do leitor.

#### - **Investigar**

A investigação é uma das bases da atividade jornalística, sendo etapa fundamental do processo de produção da notícia. Refere-se a buscar informações exclusivas e apresentar ao leitor aquilo que, em um primeiro momento, não é visível para ele. Reginato (2019) reforça que esse processo também é fundamental quando se trata do que é falado pelas fontes. Para que não se reproduza um jornalismo declaratório, investigar e situar as falas das fontes é fundamental para esclarecer o que está sendo, de fato, informado e permitir que o público atribua significados honestos aos acontecimentos relatados.

#### - **Interpretar e analisar a realidade**

Além de apresentar os fatos previamente investigados, também cabe ao jornalismo avaliar esses fatos e explicá-los de forma aprofundada ao público. A interpretação e análise das informações é parte do processo de engrandecimento da informação, podendo ser feitas a partir do resgate do passado, da interligação com outros fatos, da incorporação do fato a uma tendência e da projeção do futuro em relação ao que está sendo informado. Trata-se de enriquecer uma informação que já está em circulação.

Reginato (2019) aponta que essa finalidade é especialmente importante devido à complexidade das sociedades contemporâneas, nas quais é impossível dar sentido a uma informação sem enquadrá-la em um contexto. Esse enquadramento ajuda o público a compreender o fato mesmo frente a um grande fluxo de informações e possibilita “retirar de uma ocorrência todas as implicações que ela pode ter” (Reginato, 2019, p. 231).

### - **Registrar a história e construir memória**

Através da documentação dos fatos, o jornalismo atua também como construtor da memória da sociedade, auxiliando no entendimento do seu tempo atual e futuro. Dessa forma, os acervos de jornais são registros dessa memória e podem ser utilizados como meios de pesquisa histórica. Por isso, essa finalidade reforça o compromisso ético do jornalismo com a verdade e com a finalidade de investigar, uma vez que as informações registradas serão tidas como fontes confiáveis sobre determinada informação em um certo período de tempo. Quando essa cobertura de fatos passados é revisada por historiadores, a legitimidade do jornalismo pode ser questionada.

O cumprimento dessa finalidade também está associado ao uso da memória jornalística como fonte na construção de relatos do presente, um artefato que pode ser acionado pelo jornalista para contextualizar as novas informações sobre determinado tópico.

### - **Defender o cidadão**

É responsabilidade do jornalismo apresentar ao público os seus direitos enquanto cidadãos e garantir que estes sejam cumpridos. Aqui, relembro a definição de principal finalidade do jornalismo segundo Kovach e Rosenstiel (2004, p. 31), que é “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Dessa forma, o jornalista defende o cidadão através da transmissão de informação qualificada que permite ao público compreender sua função na sociedade e garantir que sua existência seja respeitada.

Sobre isso, Reginato (2019) atenta para o fato de que o jornalismo não pode atuar como porta-voz de indivíduos buscando solucionar um ou dois problemas específicos, como acontece em muitos casos. A verdadeira finalidade de defesa do cidadão se dá a partir da transformação de casos individuais em pautas, investigando empresas, poder público e outros atores que possam estar envolvidos na violação dos direitos civis e responsabilizando-os, garantindo que essa violação não se perpetue de forma estrutural na sociedade.

Ainda em relação à violação de direitos, a autora também aponta que o jornalista não pode se manter imparcial frente a práticas de violência e discriminação contra qualquer minoria social. Nesse caso, apenas informar não é suficiente, é preciso ser crítico e incentivar a mobilização social.

### - **Fiscalizar o poder e fortalecer a democracia**

Seguindo a lógica de defesa do cidadão, cabe ao jornalismo atuar como fiscal das demais instituições da sociedade, em especial aquelas que exercem poderes simbólicos, observando se seus procedimentos estão corretos e investigando qualquer irregularidade. Para tratar dessa função, Reginato (2019) aciona as ideias de Ferreira (2011)<sup>23</sup> para apontar que o jornalismo deve pressionar as instituições responsáveis conforme cada sociedade democrática, uma vez que a natureza das funções do jornalismo nessas sociedades é mutável e pode variar conforme o tempo e as particularidades de cada democracia.

Ainda, é necessário reforçar o papel do jornalismo na vigilância de todos os campos sociais e não somente da política e do poder público, já que há instituições econômicas, sociais e culturais exercendo poderes iguais ou até superiores aos do governo. Além disso, esse poder de fiscalização não implica o desenvolvimento de pautas exclusivamente negativas, mas sim busca tornar transparentes a gestão e as ações das demais instituições para que o público entenda os efeitos dos poderes que elas desempenham na sociedade. Essa particularidade é o que torna essa finalidade única e lhe atribui a garantia de fortalecimento das democracias.

Reginato (2019) também reforça que o jornalismo não pode se responsabilizar por funções da competência de outras instituições sociais, como a justiça e a polícia. Ele deve funcionar como vigia dos poderes, mas não tem a atribuição de julgar e condenar, por exemplo.

### - **Esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade**

Também é uma atribuição do jornalismo apresentar ao leitor a complexidade da sociedade, valorizando a pluralidade de vivências que existem dentro da democracia. Esse esclarecimento é o que contribui para a formação da cidadania, uma vez que o leitor é provocado a explorar realidades distantes da sua, tornando-se consciente em relação à diversidade e ativo na construção de uma “opinião pública crítica, esclarecida e atuante” (Reginato, 2019, p. 241). Essa finalidade é essencial para que o jornalismo não se torne um

---

<sup>23</sup> FERREIRA, Gil Baptista. Jornalismo Público e Deliberação: Funções e Limites do jornalismo nas democracias contemporâneas. **Estudos em Comunicação**, n 9, p. 61-79, 2011.



meio de reafirmação de estereótipos; por outro lado, permite que conflitos sociais sejam pautados e tratados de maneira crítica.

Sobre isso, é importante estar atento a dois pontos elencados por Reginato (2019): o primeiro é que uma grande quantidade de fontes não significa, necessariamente, um discurso diverso, porque podem representar pontos de vista similares; por isso, conforme Benetti (2006), é fundamental garantir a diversidade de vozes sociais diferentes, e não somente de indivíduos diferentes. O segundo ponto se trata do discernimento para equiparar os níveis de discussão de acordo com a pluralidade, uma vez que nem sempre é necessário trazer os dois lados de um debate. Em casos como a discussão sobre a eficácia das vacinas, é imprudente dar o mesmo espaço para um imunologista e um militante antivacina, situação que pode trazer uma distorção da verdade. Por isso, a pluralidade deve estar sempre associada ao esclarecimento e à informação qualificada.

### 3.2 Sentidos sobre o outro

Na perspectiva de Giddens<sup>24</sup> (1991 *apud* Miguel, 1999), um dos aspectos mais marcantes das sociedades modernas é o desencaixe das relações sociais, caracterizado pela ruptura da noção de tempo e espaço. O mecanismo mais importante desse desencaixe é a influência do que o autor chama de *expert systems*, ou sistemas perito, que se refere a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991 *Apud* Miguel, 1999, p. 198). Esses sistemas têm um elevado grau de autonomia, não sendo facilmente influenciáveis por seus consumidores e implicam que esses, por sua vez, estabeleçam uma relação de confiança no conhecimento que é detido pelos sistemas. Giddens procura tratar esse conceito de uma forma positiva, afirmando que os sistemas perito fazem parte da “modernização reflexiva” da democracia e são promotores do bem-estar e da racionalização. A crença nos sistemas perito, contudo, não é gratuita: ela é sustentada pela experiência cotidiana das pessoas com aquele sistema, se baseia em provas de efetividade.

Miguel (1999) aproxima essa teoria do jornalismo, afirmando que este pode se enquadrar como um sistema perito, uma vez que atende a todas as características estabelecidas por Giddens. Afinal, o leitor mantém uma relação de confiança com a imprensa no que diz respeito tanto à veracidade das informações, quanto à habilidade do jornalismo de selecionar e hierarquizar os elementos que compõem uma notícia. Nesse caso, a prova de

---

<sup>24</sup> GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

efetividade do sistema conta com algumas restrições, principalmente no cenário atual de disseminação de informações falsas, no qual muitas pessoas têm dificuldade em acreditar na imprensa. Historicamente, mas potencializado pelo cenário atual de desinformação, o jornalismo construiu uma espécie de estratégia de imposição do fato que se relata como indiscutível, que se sustenta em função de que a verificação das informações exige, na maioria das vezes, um conhecimento íntimo de realidades que fogem muito da vivência do leitor, impedindo que ele consiga contestar o fato com provas concretas.

Dessa forma, entendo o lugar ocupado pelo trabalho do The Guardian na cobertura de garimpo em Terras Indígenas como um espaço de produção de um discurso específico que se torna fonte de conhecimento fundamental para uma audiência que, de forma geral, não tem familiaridade com o tema. Partindo do pressuposto de que a vivência dos povos indígenas e suas relações com o meio ambiente e outros atores sociais não é comumente abordada dentro e fora da imprensa, é possível inferir que é principalmente através dessa representação jornalística que a sociedade como um todo acessa esse tema e constrói uma imagem sobre isso a partir os sentidos produzidos pelo veículo.

Enquanto sistema perito, portanto, o jornalismo, através dos seus critérios de escolha e hierarquização de notícias, ajuda a pautar a sociedade e estabelece o que é importante e o que não é - um poder capaz de gerar uma espécie de violência simbólica, porque permite a certos indivíduos ocuparem posições de poder enquanto negligencia esse espaço a determinados grupos. Isso cria um grande problema de concentração de informação, um monopólio que não é derrotado pela concorrência pois os veículos da mídia tradicional também funcionam como grandes empresas que compartilham os mesmos interesses econômicos e falam quase sempre a partir dos mesmos pontos de vista, muitas vezes excluindo as visões de grupos marginalizados.

Para Miguel (1999), a resposta para esse problema seria a pluralidade de fontes, que raramente existe na imprensa atual, uma vez que o mercado exclui determinadas visões de mundo e não permite que elas venham a público. O autor afirma que a questão do controle da informação precisa integrar a pauta da luta por igualdade e democracia.

Gomis (2004) afirma que os fatos, na maioria das vezes, não são buscados e nem se apresentam sozinhos aos jornalistas, mas são escolhidos por quem se interessa que eles sejam divulgados, ou seja, os poderes públicos e grandes fontes habituais de notícias. Entretanto, segundo Lago (2014), o jornalismo não pode se resumir aos discursos institucionais e a fornecer informações que supostamente interessam - é necessário adotar o pluralismo sociológico. Uma democracia de verdade deve ter espaço para as mais diversas experiências

de vida e incitar reflexões nas pessoas. E exercer de fato esse pluralismo implica, na visão da autora, incorporar o Outro, que é definido segundo Aidar e Bairon (2007) como um conjunto de paisagens culturais e políticas frente às quais o jornalismo e o público se distanciam; ele é classificado como exótico, algo que precisa ser deixado nas margens da sociedade para ser assimilado, admitido ou segregado.

Nesse contexto, Lago (2014) afirma que o reducionismo da representação do Outro, que coloca este como hostil e perigoso, é praticamente uma regra na sociedade atual, uma vez que este Outro não faz parte do universo do público “ideal” (o qual é referido pela autora como pessoas formadas nas camadas médias e altas da população) e, portanto, é visto como nocivo. Parte do problema vem do fato de que os próprios agentes jornalistas, responsáveis pelas representações, são formados junto às classes mais altas e elitizadas, carregando o *habitus* de classe, o que os afasta ainda mais dessa possibilidade de alteridade, de observar e incorporar o Outro para poder narrá-lo.

“Construir um Jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação dos próprios jornalistas para perceberem e serem contaminados por esta necessidade” (Lago, 2014, p. 169). A dificuldade em tratar da alteridade no jornalismo pode levar, então, a uma visão deturpada dos fatos de acordo com nossos preconceitos e estereótipos. Gomis (2004) afirma que a tendência é sempre ver no fato o que se espera ver, a nossa forma de enxergar é uma mistura do que realmente existe ali e o que esperamos ver conforme o que a nossa cultura define.

Considerando a necessidade do jornalismo de aprender a desconstruir esse *habitus* de classe para tornar-se capaz de captar as experiências do Outro, Lago (2014, p. 6) questiona qual seria a solução para essa questão. “Se pensarmos na metáfora bourdiana (Bourdieu, 1997<sup>25</sup>) dos óculos específicos que os jornalistas utilizam, que os fazem ver o que veem de determinadas formas, como atuar para trocar estes óculos pelos de outras pessoas?”. A autora reforça que o jornalismo ainda carece de ferramentas adequadas para cumprir com a responsabilidade social que lhe é atribuída, o que torna necessária uma educação para a mídia, que prepararia os jornalistas para começar a refletir sobre a alteridade e seria baseada no saber antropológico.

Os estudos etnográficos da antropologia exigem o encontro com sociedades nativas a partir de trabalhos de campo, nos quais o antropólogo passa pelo “desenraizamento crônico”: viver em um mundo diverso do seu e se deixar ser afetado pelo Outro (Lévi-Strauss, 1993

---

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

*apud* Lago, 2014)<sup>26</sup>. Esse processo permite ao antropólogo transformar o exótico em familiar e vice-versa, e deveria, portanto, se tornar uma das bases do exercício jornalístico. Nesse sentido, o jornalismo deve se esforçar para descentralizar o olhar que foi moldado pelo *habitus* de classe, se desfazendo do acordo de apagar da cena tudo que não interessa ao público “ideal” e buscando um olhar mais inclusivo.

A procura por mais inclusão no jornalismo e uma pluralidade de fontes pode contribuir diretamente para a desconstrução de preconceitos da sociedade como um todo. “A inclusão na pauta dos meios de comunicação representa o diferencial entre conhecimento científico restrito e massificado” (Miguel, 1999, p. 8). Aqui, os saberes antropológicos também são entendidos como conhecimento científico, pois trazem ricas reflexões acerca do Outro e da sua incorporação na sociedade quando divulgados na imprensa.

Nesse contexto, o jornalismo assume uma poderosa ferramenta na representação e interpretação da realidade. Conforme Freitas e Benetti (2017), através da ação mimética, ele tem o potencial de retratar e reconstruir os eventos do mundo da vida, narrando as diversas realidades e multiplicidade de seres e coisas que o habitam. Essa capacidade não apenas reproduz os acontecimentos cotidianos, mas também confere verossimilhança a eles, proporcionando uma compreensão mais profunda das complexidades do mundo.

No âmbito do jornalismo, o discurso não é meramente produzido pelos jornalistas, mas também pelo público durante o ato de leitura e interpretação. Isso cria um processo de troca de sentidos, onde diferentes perspectivas e interpretações se fundem para criar um entendimento mais completo das notícias e dos eventos narrados.

Dentro desse cenário discursivo, emerge uma multiplicidade de vozes que almejam comunicar, expandindo o fenômeno da alteridade. Essa polifonia dá forma à diversidade no texto jornalístico, com cada voz representando uma possibilidade de perceber a alteridade. O jornalismo, como um gênero discursivo único, é intrinsecamente entrelaçado com o fenômeno da alteridade. Freitas e Benetti (2017) afirmam que essa noção de alteridade no jornalismo abrange muito mais do que a relação entre jornalista e público. Envolve uma rede mais ampla de relações, incluindo fontes, leitores reais e imaginados, membros da comunidade jornalística e outras organizações de mídia. O jornalismo, assim, se torna um campo onde tanto os jornalistas quanto o público podem refletir sobre suas identidades em relação aos "outros" presentes nesse ecossistema midiático.

---

<sup>26</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

Por sua vez, a construção da identidade do Outro na atividade jornalística é um processo complexo. O jornalista não só entra em contato com fontes, mas também molda e interpreta a outridade desses sujeitos. Ao narrar a existência desses "outros", o jornalista acaba por mimetizar a outridade deles, integrando-a na narrativa jornalística. Essa capacidade mimética implica que “toda outridade é relativa, historicizada, interpretada, reconstruída e ressignificada – tanto pelo jornalista quanto pelo público” (FREITAS E BENETTI, 2017, p. 22). O jornalismo não apenas relata os eventos, mas também os transforma em narrativas interpretativas, onde a identidade dos "outros" é recriada e adaptada à estrutura do discurso jornalístico.

Enquanto a alteridade é compreendida aqui como o fenômeno que envolve o “eu” e o “outro” de modo interdependente, a outridade: a) explica o modo de existência genuíno e singular do “outro” para o “eu” no mundo; b) possui tanto os aspectos da semelhança quanto os da diferença; c) promove uma tensão que não resulta em equilíbrio, mas no balanço do que é diferente e semelhante, a cada vez que o “eu” e o “outro” se percebem; e d) pode ser plena e relativa (FREITAS E BENETTI, 2017, p. 23)

Dessa forma, refletir sobre a alteridade e a outridade no jornalismo é reconhecer a importância da diversidade e pluralidade na representação da realidade. A capacidade do jornalismo de explorar e comunicar a alteridade enriquece a compreensão do público sobre a complexidade do mundo e das relações intersubjetivas. Em última análise, essa reflexão reforça a vitalidade do jornalismo como uma fonte valiosa de conhecimento sobre a diversidade da sociedade.

Uma vez que o jornalismo é capaz de pautar a sociedade, é possível transformar a violência simbólica que restringe as vozes em uma ferramenta de inclusão, construindo uma realidade que abrange os mais diferentes grupos e culturas e cultiva o respeito entre cada um deles. Com isso em mente, cabe também pensar o trabalho do The Guardian sob a ótica da descentralização do olhar, uma vez que a cobertura de questões referentes aos povos indígenas da Amazônia é feita, muitas vezes, por correspondentes, em sua maioria jornalistas britânicos que se mudam para o Brasil.

### **3.3 Jornalismo e discurso**

A partir do entendimento do jornalismo enquanto campo social que produz sentidos sobre os acontecimentos, também se faz necessário discuti-lo como um gênero discursivo. Conforme Benetti (2008), o discurso jornalístico é construído entre sujeitos, o que torna

fundamental considerar a intersubjetividade e os atores envolvidos no processo para pensar esse lugar de linguagem. A autora defende que o ponto de vista comunicacional<sup>27</sup> é o mais adequado para tratar dos gêneros do discurso, uma vez que contempla “diversos modos de abordagem dos gêneros, mas todos se articulam sobre relações históricas e sociais que não ignoram as condições de fala, interpretação e constituição da memória” (Benetti, 2008, p. 15). Dessa forma, os gêneros de discurso não são apenas gêneros de texto, mas gêneros situacionais, porque são condicionados por situações de produção, circulação e interpretação específicas.

O discurso jornalístico se constitui, portanto, dentro do espaço entre os sujeitos da interlocução. Benetti (2008) defende que o norte de todo discurso é aquilo que se imagina sobre o outro. Sobre isso, é preciso reforçar o princípio da reversibilidade, um dos condicionantes da existência do discurso conforme as teorias de Análise de Discurso, que se trata da possibilidade de troca de papéis entre quem enuncia e interpreta. Essa troca não precisa ser concretizada, mas os sujeitos envolvidos no processo precisam ter a possibilidade de compreender a posição de sujeito um do outro.

Também é necessário reconhecer a existência dos três sujeitos presentes em qualquer processo discursivo: o enunciador, o leitor real e o leitor virtual. Os dois primeiros existem na concretude do ato discursivo, produzem sentidos sobre si e sobre o outro. O leitor virtual, por outro lado, é para quem o enunciador imagina estar falando - apesar de ser imaginado, é uma figura crucial para o processo comunicativo e existe em qualquer ato. Tratando-se do discurso jornalístico, o leitor virtual é uma figura especialmente decisiva, uma vez que o jornalista que enuncia tem uma imagem sobre seu leitor que influencia a maneira como o discurso se apresenta.

Esses sujeitos presentes no processo discursivo também integram o que Charaudeau (2004 *apud* Benetti, 2008)<sup>28</sup> conceitua como o contrato de comunicação, um acordo implícito entre os participantes de um ato de comunicação, no qual os interlocutores compartilham certas expectativas e assumem certas responsabilidades para garantir a compreensão mútua. Para a Análise de Discurso, o contrato de comunicação é um conceito importante porque é a partir do reconhecimento das regras de um discurso que o gênero é constituído.

Ainda segundo Benetti (2008), utilizamos cinco condições essenciais elencadas por Charaudeau (2004 *apud* Benetti, 2008) para pensar as regras do discurso jornalístico. São

---

<sup>27</sup>Além do comunicacional, os outros pontos de vista de onde se podem compreender os gêneros são: funcional, enunciativo e textual (CHARAUDEAU, 2004).

<sup>28</sup> CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

elas: finalidade (para que se diz), propósito (o que se diz), identidade (quem diz e para quem), dispositivo (em que condições se diz) e textual (como se diz). A condição de finalidade é o norte das demais e remonta ao que foi discutido anteriormente em relação ao papel do jornalismo como instituição social cuja principal função é informar de modo qualificado. “O lugar de enunciação ocupado pelo jornalismo deve ser analisado do ponto de vista institucional, mais do que como o lugar reservado a uma ação individual do jornalista” (Benetti, 2008, p. 21). A condição de propósito se refere à capacidade de compreensão do que é o acontecimento jornalístico a partir dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade.

Já a identidade diz respeito à construção das identidades do jornalista e do leitor, relação intersubjetiva a partir da qual pensamos o discurso jornalístico. Em relação a essa condição, é importante refletir sobre as implicações desse processo na produção do discurso, uma vez que o jornalista escreve pensando em um leitor que é capaz de reconhecer as regras do gênero e compreender o texto, mas nem sempre o leitor real e o leitor virtual (imaginado) entram em consonância. Esse distanciamento, contudo, pode não ser suficiente para romper o contrato de comunicação, mas certamente perturba o processo comunicacional<sup>29</sup> (Benetti, 2008). Por outro lado, o leitor também aciona suas noções sobre o que jornalismo deve ser e quais suas competências. Assim, se o leitor compreende as condições de finalidade e de propósito, consegue conferir legitimidade e autoridade ao jornalista como enunciador.

A rotina de trabalho do jornalista é atravessada por uma série de restrições políticas, econômicas e estruturais, e é a esse ambiente, em que o discurso é constituído, que a condição de dispositivo se refere. Questões técnicas de produção do discurso e o acesso a fontes também condicionam a produção do discurso jornalístico porque afetam as decisões do jornalista. O último elemento é a condição textual, que trata das estratégias discursivas que o jornalista precisa utilizar para garantir o princípio da verdade e a sua credibilidade como profissional. Para isso, é preciso acionar uma série de métodos de apuração. Segundo Benetti (2008), essas estratégias constituem um conjunto de capacidades de narração que, além de ser operacional para o jornalista, segue um padrão que é reconhecido pelo leitor como parte do gênero discursivo - essas capacidades são denominadas “saber de narração” (Ericson, Baranek e Chan *apud* Traquina, 2002)<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Conforme apontam Benetti e Reginato (2014, p. 880), o que ocorre na prática do discurso não está sob controle de quem enuncia, pois o leitor real pode se identificar ou não com o leitor imaginado. “Ele pode dizer ‘sim, este texto foi feito para mim’ ou ‘não me reconheço neste texto, não sou o leitor desta publicação’. O grau de adesão ao contrato depende deste reconhecimento: quanto mais o leitor se reconhece naquele leitor imaginado pelo veículo, mais aderido está ao contrato”.

<sup>30</sup> ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M; CHAN, Janet B. L. **Visualizing deviance: a study of news organization**. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

Seguindo a contextualização sobre o discurso jornalístico e seus elementos, no próximo capítulo trato de analisar o objeto da pesquisa - a cobertura do The Guardian sobre garimpo em Terras Indígenas entre 2019 e 2022 - utilizando a Análise de Discurso como metodologia.



## 4. ANÁLISE

*Vai-se a cova aprofundando  
pelas entranhas do vale,  
e um dinheiral formidando,  
como outro não há que o iguale.*

Carlos Drummond de Andrade

Neste capítulo, busco entender o discurso do The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas durante o governo Bolsonaro através dos sentidos mobilizados pelo veículo. Para isso, utilizo a metodologia de Análise de Discurso (AD) de linha francesa conforme Orlandi (2007) e Benetti (2008). Os sentidos foram identificados a partir das formações discursivas selecionadas em 12 matérias publicadas pelo The Guardian entre 2019 e 2022, que compõem o corpus da pesquisa.

### 4.1 Metodologia

O jornalismo participa da construção de sentidos sobre a realidade a partir da própria produção de conhecimentos e da reprodução de conhecimentos que foram gerados previamente por outros autores (Benetti, 2008). É nesse lugar no qual se produz o discurso, que é definido por Orlandi (2007, p. 21) como o “efeito de sentidos entre locutores”. O discurso, por sua vez, precisa ser entendido na sua relação com a exterioridade, porque é produzido por vários sujeitos além do autor da fala, adquirindo caráter intersubjetivo, além de subordinado a fatores sociais e culturais. Dessa forma, o discurso jornalístico só pode ser analisado quando se leva em conta a sua realidade sócio-histórica, ou seja, o contexto em que acontece a produção de sentidos.

Considerando a investigação do objeto de pesquisa sob um enfoque de linguagem, é possível adotar a Análise de Discurso (AD) como ferramenta teórico-metodológica para entender os sentidos presentes no discurso do The Guardian sobre o garimpo em Terras Indígenas. Conforme Orlandi (2007), a AD busca relacionar a linguagem à sua exterioridade considerando o discurso como uma prática social.

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (Orlandi, 2007, p. 15).

O objetivo da AD é, portanto, compreender de que forma o sentido é constituído nos objetos simbólicos (nesse caso, o texto jornalístico), de forma a explicitar esse processo de significação e permitir que outros sentidos sejam compreendidos a partir do texto. Esses sentidos, contudo, não estão somente no texto e não dependem somente das intenções dos sujeitos envolvidos no processo de significação - é preciso considerar, principalmente, a sua relação com as condições em que foram produzidos (Orlandi, 2007).

Como ponto de partida, para mapear os sentidos em um discurso é necessário identificar a presença de duas camadas no texto. A primeira é a camada discursiva, de mais fácil percepção; a segunda é a camada ideológica, que só é percebida a partir da aplicação da metodologia da AD. Dessa forma, a análise começa com a identificação das formações discursivas (FDs), consideradas por Benetti (2008, p. 112, grifo da autora) como “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido”.

A lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra. Por isso conceitua-se uma formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito. Essa definição circular amarra a formação discursiva a uma formação ideológica, deduzindo que, daquela formação ideológica em particular, não poderia ser construído outro sentido que não aquele (Benetti, 2008, p. 112).

As FDs são evidenciadas no processo metodológico através das sequências discursivas (SDs), trechos do texto jornalístico que são recortados e numerados para a análise e depois utilizados no relato de pesquisa. Dessa forma, é preciso identificar quais sequências contêm determinados sentidos relacionados às formações discursivas e agrupá-las. Com os principais sentidos identificados e agrupados em FDs, o pesquisador deve buscar entender como são constituídos os discursos que existem para além do texto jornalístico. Dessa forma, ele é levado a outras teorias relacionadas ao seu objeto para compreender as formações ideológicas que existem de maneira anterior e exterior ao objeto e que determinam as FDs identificadas no texto jornalístico.

Em função disso, é importante reconhecer dois processos que se dão na construção do discurso e ajudam o pesquisador a identificar os sentidos: a paráfrase e a polissemia. A paráfrase refere-se justamente à repetição de um sentido ao longo do texto, o que reforça um determinado significado dentro do discurso. Já a polissemia diz respeito à multiplicidade de sentidos dentro do mesmo discurso, o que Orlandi (2007, p. 38) entende como “a própria

condição de existência dos discursos pois se os sentidos - e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer”.

## 4.2 Corpus

A escolha do The Guardian se deu por uma série de motivos. Fundado em 5 de maio de 1821, o Guardian é um dos principais jornais britânicos e de repercussão internacional, com sua versão digital sendo a mais lida do Reino Unido em 2021 e 2022 segundo a Ofcom, agência reguladora de comunicação do país<sup>31</sup>. Na mesma pesquisa, o veículo também foi o mais bem avaliado entre outros treze jornais do país por precisão, confiabilidade e profundidade de análise segundo os leitores.

Desde 1936 o The Guardian é propriedade do The Scott Trust, um conselho criado pelos herdeiros de Charles Prestwich Scott, que foi editor e proprietário do jornal de 1872 a 1929. O conselho tornou-se uma empresa de responsabilidade limitada que administra o Guardian Media Group e tem o objetivo de evitar interferências comerciais ou políticas na produção jornalística, além de garantir que todos os lucros do grupo não sejam revertidos para os acionistas, e sim reinvestidos no próprio jornal. Os valores do Guardian - honestidade, integridade, coragem, imparcialidade e senso de dever para com o leitor e a comunidade - foram delimitados por Scott no editorial centenário da edição de 5 de maio de 1921.

Ao se apresentar no site, o veículo alega que “cria jornalismo honesto e destemido, livre de interferências comerciais ou políticas desde a sua fundação em 1821”<sup>32</sup>, além de afirmar o compromisso com temas como emergência climática, justiça social, equidade e progresso. O Guardian também destaca que possui uma reputação global de responsabilizar o poder e defender as vozes daqueles que são menos ouvidos. Além disso, o veículo não utiliza *paywall*<sup>33</sup>, reforçando o compromisso de levar informação para todos os públicos sem restrição. Devido ao acesso liberado, o site mostra banners com diferentes mensagens incentivando o leitor a contribuir espontaneamente com qualquer valor para que o veículo possa seguir produzindo jornalismo de qualidade.

---

<sup>31</sup> Pesquisas disponíveis em: <https://www.ofcom.org.uk/research-and-data/tv-radio-and-on-demand/news-media/news-consumption>. Acesso em: 3 jul. 2023.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/about>. Acesso em: 3 jul. 2023.

<sup>33</sup> Recurso que limita a visualização de matérias e exige que o leitor pague uma assinatura para ter acesso ilimitado.

Esses elementos ajudam a perceber a forma como o veículo constrói o seu *ethos* discursivo, ou seja, a forma como se apresenta diante do outro (leitores, anunciantes, outros veículos). Conforme Maingueneau (2008), o *ethos* é um conjunto de marcas que contribuem para a construção da imagem do sujeito no discurso. O *ethos* é moldado a partir da cenografia, outro conceito desenvolvido pelo autor, que se refere a uma série de recursos como estilo de linguagem, tom de voz e outros elementos verbais e não verbais utilizados pelo sujeito para construir sua imagem.

O The Guardian ganhou um destaque ainda maior a nível internacional na última década a partir da investigação de casos de paraísos fiscais como o Paradise Papers e o Panama Papers e do escândalo dos programas de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos. Dessa forma, o Guardian pautou outros veículos tanto no Reino Unido quanto no restante do mundo, reiterando seu status de jornal de referência. O conceito de jornal de referência é considerado por Vidal-Beneyto<sup>34</sup> (1981 *apud* Marocco; Zamin; Boff, 2009) e Benetti e Reginato (2014) a partir de características como a importância para outros veículos e repercussão de conteúdos originais, reconhecimento internacional, capacidade de pautar o debate público, possibilidade de expressão de líderes políticos e instituições sociais e ampla distribuição nacional, além do fato de serem produzidos por organizações que investem em estrutura para o exercício do jornalismo.

Para a construção do corpus da pesquisa, inicialmente a tentativa foi fazer a seleção de matérias a partir da ferramenta de busca do site do The Guardian, buscando pelos termos “*indigenous* (indígenas)”, “*Amazon* (Amazônia)” e “*mining* (mineração)”. Nessa etapa, a ferramenta do site direciona o usuário para o recurso de pesquisa avançada do Google (Figura 1) e, apesar de fornecer filtros de palavras, data e idioma, a ferramenta não fornece resultados completos e ordenados (Figura 2).

---

<sup>34</sup> Vidal-Beneyto, J. **Diário de una ocasión perdida**: materiales para un principio. Barcelona: Editorial Kairós, 1981.

Figura 1 - Print da ferramenta de pesquisa avançada do Google

The image shows the Google Advanced Search interface. At the top left is the Google logo, and at the top right is a 'Fazer login' button. Below the logo is the text 'Pesquisa avançada'. The main area is divided into two columns. The left column is titled 'Localizar páginas com...' and contains four search criteria: 'todas estas palavras:' with a text box containing 'indigenous amazon mining'; 'esta expressão ou frase exata:' with an empty text box; 'qualquer uma destas palavras:' with an empty text box; and 'nenhuma destas palavras:' with an empty text box. Below these is a field for 'números que variam de:' with two empty text boxes separated by 'a'. The right column is titled 'Fazer isso na caixa de pesquisa.' and contains four instructions: 'Digite as palavras importantes: rat terrier tricolor'; 'Coloque palavras exatas entre aspas: "rat terrier"'; 'Digite OR entre todas as palavras que você procura: miniatura OR padrão'; and 'Coloque um sinal de menos antes das palavras que você não quer: -roedor, -"Jack Russell"'. At the bottom of the right column, there is a note: 'Coloque 2 pontos finais entre os números e adicione uma unidade de medida. 10..35 lb, US\$ 300..US\$ 500, 2010..2011'.

Fonte: The Guardian

Figura 2 - Print dos resultados de pesquisa a partir do Google

The image shows the Google search results page for the query 'indigenous amazon mining site:www.theguardian.com'. The search bar at the top contains the query and icons for search, voice, and keyboard. Below the search bar are tabs for 'Imagens', 'Notícias', 'Vídeos', 'Shopping', 'Livros', 'Maps', 'Voos', and 'Finanças'. The results section shows 'Aproximadamente 3.230 resultados (0,40 segundos)'. There are three search results from theguardian.com, each with a green checkmark and a globe icon. The first result is titled 'Indigenous children suffer most from illegal miners ...' with a sub-headline '17 de mar. de 2023 — Activists say a total of at least 570 Yanomami children have died preventable deaths since 2018 thanks to a toxic cocktail of government neglect ...' and a thumbnail image of a child. The second result is titled 'Goldmining having big impact on indigenous Amazon ...' with a sub-headline '7 de out. de 2020 — Study calls for more rights for indigenous reserves as rising gold price attracts more miners.' and a thumbnail image of a mining site. The third result is titled 'Jump in child deaths reveals impact of industrialisation on ...' with a sub-headline '5 de jun. de 2023 — "In the Amazon, I guess that the closer an Indigenous community is to illegal mining sites, the more serious their symptoms might be."' and a thumbnail image of a river in a forested area.

Fonte: The Guardian

Dessa forma, foi necessário realizar uma segunda etapa de busca através do sistema de indexação do próprio site do The Guardian, selecionando as matérias manualmente, com atenção à data e temática. Através da tag “*Brazil + Indigenous peoples*” (Brasil + povos indígenas)<sup>35</sup>, criada pelo próprio jornal e que disponibiliza todos os textos publicados no Guardian com a temática de povos indígenas no Brasil separados por mês e ano (Figura 3), obtive inicialmente 113 matérias publicadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 com diferentes eixos temáticos, como meio ambiente, política, direitos humanos e cultura. A tag não está disponível em nenhum tipo de índice dentro do site e foi encontrada através da matéria “Revealed: Brazil goldminers carve illegal ‘Road to Chaos’ out of Amazon reserve”. O resultado de 113 matérias, contudo, pode não representar a totalidade dos textos publicados sobre o assunto, porque algum pode ter escapado a essa indexação.

---

<sup>35</sup> A tag não está disponível em nenhum tipo de índice dentro do site e foi encontrada através da matéria “Revealed: Brazil goldminers carve illegal ‘Road to Chaos’ out of Amazon reserve”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2022/dec/12/brazil-goldminers-carve-road-to-chaos-amazon-reserve>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Figura 3 - Print da página inicial da tag “Brazil + Indigenous peoples”

The screenshot shows the top of the Guardian website with a dark blue header. It includes a 'Support the Guardian' banner, navigation links for 'Print subscriptions', 'Sign in', 'Search jobs', 'Search', and 'International edition'. Below the header is a menu with categories: News, Opinion, Sport, Culture, Lifestyle, and More. A secondary navigation bar lists regional and thematic areas: World, Europe, US, Americas, Asia, Australia, Middle East, Africa, Inequality, and Global development. The main content area is titled 'Brazil + Indigenous peoples' and is organized by month. The July 2023 section features two large article cards. The first card shows two women, one in a red dress and one in a colorful patterned shirt, with the headline 'Brazilian constitution translated into Indigenous language for first time' and a date of 20 Jul 2023. The second card shows a person in a green uniform with 'IBAMA' on the back, with the headline 'Brazil says illegal miners driven from Indigenous territory, but 'war' not over' and a date of 10 Jul 2023. The June 2023 section contains a grid of 13 smaller article cards. The first card in the grid is titled 'Amazon facing 'urgent' crime crisis after gutting of protections, says drugs tsar' with a date of 28 Jun 2023. The second card is 'Western arrogance: how the wellness movement co-opted an Amazon frog toxin with deadly effects' with a date of 17 Jun 2023. The third card is 'Inside Guardian Weekly: The front line: Inside the 9 June Guardian Weekly' with a date of 7 Jun 2023. The fourth card is 'Tributes paid to Dom Phillips and Bruno Pereira a year on from their deaths' with a date of 5 Jun 2023. The remaining nine cards are part of 'The Bruno and Dom project' and cover various topics related to the Amazon, including journalism, government threats, and environmental issues, with dates ranging from 5 Jun 2023 to 2 Jun 2023.

Fonte: The Guardian

Após fazer a leitura das 113 matérias, cheguei ao corpus consolidado de 12 textos que dizem respeito especificamente ao recorte da pesquisa, ou seja, o garimpo em Terras Indígenas na Amazônia durante o governo Bolsonaro<sup>36</sup>. Nove das 12 matérias do corpus utilizam chapéu<sup>37</sup>, sendo elas *Brazil* (6), *Amazon rainforest* (2) e *Global development* (1). Os textos a serem analisados serão apresentados ao longo deste capítulo conforme a Tabela 1:

<sup>36</sup> As matérias que foram descartadas não mencionavam o garimpo ou, quando mencionavam, não tratavam da questão de maneira aprofundada, focando mais em outros problemas ambientais similares como o desmatamento e as queimadas.

<sup>37</sup> Palavra ou expressão utilizada para indicar o assunto de que se trata o texto.

**Tabela 1 - Corpus da pesquisa**

<b>Texto</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>
T1	04/03/19	‘We are fighting’: Brazil's indigenous groups unite to protect their land (‘Estamos lutando’: grupos indígenas do Brasil se unem para proteger suas terras)	Dom Phillips
T2	28/07/19	Amazon gold miners invade indigenous village in Brazil after its leader is killed (Garimpeiros invadem aldeia indígena na Amazônia após o assassinato de seu líder)	Dom Phillips
T3	13/01/20	‘Like a bomb going off’: why Brazil's largest reserve is facing destruction (‘Como uma bomba explodindo’: por que a maior reserva do Brasil está enfrentando destruição)	Dom Phillips
T4	06/02/20	Brazil's Bolsonaro unveils bill to allow commercial mining on indigenous land (Bolsonaro apresenta projeto de lei para permitir mineração comercial em Terras Indígenas)	Reuters
T5	07/10/20	Goldmining having big impact on indigenous Amazon communities (Mineração de ouro tem grande impacto nas comunidades indígenas da Amazônia)	Dom Phillips
T6	29/12/20	‘Miners out, Covid out’: threats to indigenous reserve in Brazil grow (‘Garimpeiros fora, Covid fora’: ameaças à reserva indígena no Brasil aumentam)	Dom Phillips
T7	17/05/21	Yanomami beset by violent land-grabs, hunger and disease in Brazil (Yanomamis cercados por invasões violentas de terras, fome e doenças no Brasil)	Flávia Milhorange
T8	27/05/21	Brazil aerial photos show miners’ devastation of indigenous people’s land (Fotos aéreas do Brasil mostram devastação de terras indígenas pelos garimpeiros)	Tom Phillips e Flávia Milhorange
T9	28/05/21	Brazilian wildcat miners attack police and burn indigenous homes in Amazon (Garimpeiros brasileiros atacam a polícia e queimam casas indígenas na Amazônia)	Associated Press
T10	15/09/21	‘Everyone’s fleeing’: Brazil cracks down on illegal mining in Amazon – for now (‘Todos estão fugindo’: Brasil reforça combate à mineração ilegal na Amazônia – por enquanto)	Tom Phillips



T11	24/11/21	'It's as if we're in Mad Max': warnings for Amazon as goldmining dredges occupy river ( 'É como se estivéssemos em Mad Max': advertências para a Amazônia à medida que dragas de mineração de ouro ocupam rio)	Tom Phillips
T12	12/12/22	Revealed: Brazil goldminers carve illegal 'Road to Chaos' out of Amazon reserve (Revelado: Garimpeiros brasileiros abrem ilegalmente a 'Estrada para o Caos' em reserva da Amazônia)	Tom Phillips

Fonte: elaborado pela autora

Ainda, é importante destacar a autoria das matérias pensando nos conceitos de alteridade e outridade desenvolvidos previamente no capítulo 3. Cinco dos textos analisados são de Dom Phillips, repórter freelancer britânico que vivia no Brasil desde 2007 e trabalhava diretamente com o indigenista Bruno Pereira, servidor da Funai e especialista em povos isolados e de contato recente. Dom e Bruno foram assassinados em junho de 2022 no Vale do Javari, segunda maior TI do Brasil, em uma viagem destinada à pesquisa para o livro que Dom pretendia lançar sobre o desenvolvimento da região. Também compõem o corpus quatro textos de Tom Phillips, correspondente britânico de América Latina do The Guardian que atuou no Brasil de 2005 a 2011, retornando em 2019 para cobrir os impactos do governo Bolsonaro. A análise também conta com dois textos de Flávia Milhorange, jornalista carioca. Por fim, duas matérias são das agências de notícias Associated Press e Reuters.

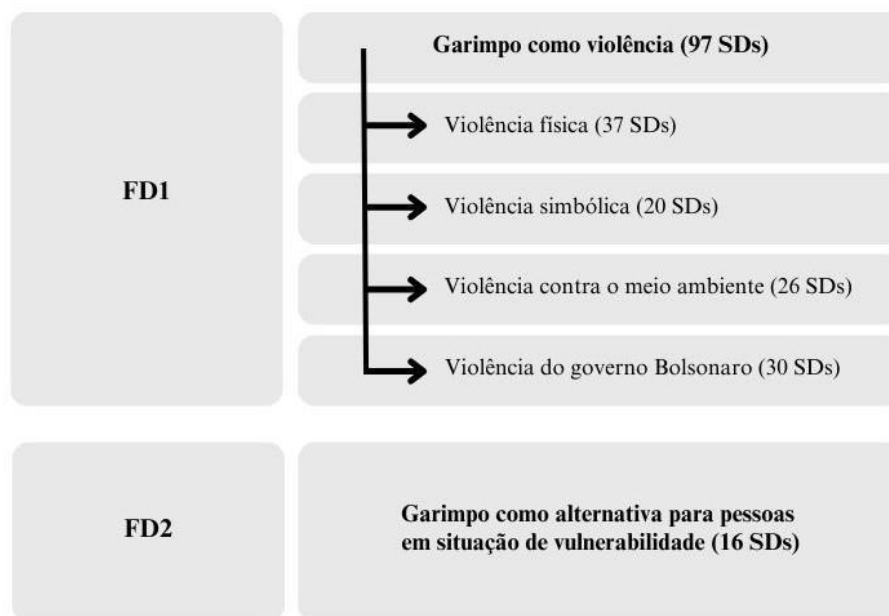
A seguir, serão apresentados os resultados da análise com base na identificação dos sentidos principais. As sequências discursivas a partir das quais a análise foi desenvolvida serão apresentadas na análise com a indicação do texto correspondente, conforme a Tabela 1, e apresentadas em recuo, com as expressões que inferem os sentidos do discurso do The Guardian destacadas em negrito. Todos os trechos foram traduzidos por mim e serão acompanhados do texto original em nota de rodapé.

### 4.3 O discurso do The Guardian sobre garimpo

Através da análise dos 12 textos encontrei **113 Sequências Discursivas (SDs)** referentes ao garimpo em Terras Indígenas durante o governo Bolsonaro, que foram agrupadas em duas grandes Formações Discursivas (FDs): o garimpo como violência (97 SDs) e o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade (16 SDs). A FD1 é a predominante, representando 86% das sequências discursivas. Os sentidos

identificados dentro das duas FDs apontam para o fato de que o Guardian entende o contexto sociopolítico do garimpo no Brasil e procura retratar a complexidade do problema. A tabela abaixo resume a análise que será apresentada a seguir.

**Tabela 2 - Análise dos sentidos**



Fonte: elaborado pela autora

#### 4.3.1 FD1: Garimpo como violência

O sentido predominante no discurso do The Guardian sobre o garimpo é o da violência, aparecendo em 97 sequências discursivas. A violência é mencionada em todos os 12 textos e em diferentes perspectivas, aparecendo sempre como uma das forças sob a qual o garimpo opera e como resultado da ocupação garimpeira na Amazônia historicamente. Para uma melhor compreensão dos sentidos que compõem essa formação discursiva, optei por categorizar as sequências discursivas conforme as formas de violência que elas retratam: **uma mais explícita, relacionada diretamente a invasões e ataques (37 SDs), outra mais simbólica, não necessariamente física (20 SDs), a violência contra o meio ambiente (26 SDs) e a violência do governo Bolsonaro (30 SDs)**. É importante notar que as SDs se repetem em alguns dos sentidos, de forma que a soma das SDs encontradas em cada uma das formações discursivas é maior que o número total de SDs.

É importante ressaltar a força do sentido da violência nos próprios títulos das matérias, estando presente em oito dos 12 títulos. Aqui, por exemplo, o Guardian destaca as vozes de líderes indígenas e especialistas que apresentam o garimpo como “uma bomba explodindo” e uma cena de Mad Max, série de filmes de cenário pós-apocalíptico que retratam uma terra devastada e tomada pelo crime.

### - **Violência física**

O sentido da violência é observado de maneira mais clara nos textos que descrevem conflitos armados às comunidades dentro das TIIs, principalmente por meio da repetição dos termos “invasão” e “ataque”. Esse recurso reforça a percepção dos garimpeiros como criminosos, ainda mais intensificada pela própria definição da palavra garimpeiro – conforme a legislação brasileira, o garimpeiro é uma pessoa que pratica a extração mineral em pequeno volume; o Guardian, contudo, opta por definir os garimpeiros como *wildcat miners*, mineradores clandestinos, como exemplificam as sequências abaixo:

No Brasil, as **invasões de terras indígenas por garimpeiros** - como são chamados os mineradores **clandestinos** - aumentaram desde que Bolsonaro assumiu o cargo em janeiro de 2019.<sup>38</sup> (T5, SD42)

Mas nos últimos anos, o território tem sofrido uma **nova invasão** de cerca de 20.000 mineradores **clandestinos** - conhecidos como garimpeiros.<sup>39</sup> (T7, SD60)

O recente **surto de violência** ocorreu após os indígenas bloquearem os garimpeiros de usarem o rio Uraricoera para chegar a um dos seus acampamentos. Em retaliação, os **garimpeiros realizaram uma série de ataques em vilas isoladas**, onde trocaram tiros com os Yanomami.<sup>40</sup> (T7, SD67)

Horas depois, **garimpeiros invadiram uma aldeia do povo Munduruku e atearam fogo em várias casas**, incluindo a de uma reconhecida crítica da mineração e ativista indígena, Maria Leusa Munduruku.<sup>41</sup> (T9, SD80)

O **ataque** sucedeu confrontos mais ao norte, no estado de Roraima, onde garimpeiros em barcos a motor **atacaram e ameaçaram repetidamente um assentamento Yanomami** próximo ao rio conhecido como Palimiu. Lá, os garimpeiros também

---

<sup>38</sup> No original: In Brazil, invasions of indigenous lands by garimpeiros – as wildcat miners are called – have increased since Bolsonaro took office in January 2019.

<sup>39</sup> No original: But in recent years, the territory has seen a new invasion by about 20,000 wildcat miners – known as garimpeiros.

<sup>40</sup> No original: The recent outbreak of violence came after indigenous people blocked miners from using the Uraricoera river to reach one of their camps. In retaliation, garimpeiros carried out a series of attacks on isolated villages, where they exchanged fire with Yanomami.

<sup>41</sup> No original: Hours later, miners raided a village of the Munduruku people and set several houses on fire, including one that belonged to a prominent mining critic and indigenous activist, Maria Leusa Munduruku.

**entraram em confronto com autoridades federais** que estavam investigando os incidentes.<sup>42</sup> (T9, SD81)

Outros dois aspectos que destacam a violência do garimpo no discurso do Guardian são as menções aos armamentos e conflitos com a polícia. O veículo evidencia que os ataques aos territórios indígenas são realizados, majoritariamente, com armas de fogo, fato que denota um alto poder de destruição – há, inclusive, mais de uma menção a um grande arsenal de armas, incluindo metralhadoras e armamento militar. Já os confrontos com a polícia federal fortalecem o sentido da criminalidade.

Os povos indígenas foram evacuados de Mariry e fugiram para a maior vila de Aramirã - **onde tiros foram disparados no sábado**. Líderes indígenas e políticos locais pediram ajuda urgente da polícia, **temendo um banho de sangue**.<sup>43</sup> (T2, SD16)

"Os **garimpeiros invadiram a vila indígena** e ainda estão lá. Eles **estão fortemente armados, têm metralhadoras**. É por isso que estamos pedindo ajuda da polícia federal", disse Kureni Waiãpi, de 26 anos, membro da tribo que mora na cidade mais próxima, Pedra Branca do Amapari, a duas horas de distância e a 189 km da capital do estado do Amapá, Macapá.<sup>44</sup> (T2, SD17)

Em uma segunda visita à vila, Hekurari foi **acompanhado pela polícia federal, que também trocou tiros com homens fortemente armados vestidos de preto**.<sup>45</sup> (T7, SD69)

O **senso de emergência** se intensificou nas últimas semanas após **confrontos mortais** entre garimpeiros e Yanomami, bem como um **tiroteio entre agentes da polícia federal e homens fortemente armados** aparentemente ligados às minas.<sup>46</sup> (T8, SD77)

**Centenas de garimpeiros atacaram policiais** que tentavam interromper a mineração ilegal na Amazônia brasileira **antes de atacar uma vila indígena e incendiar casas**, de acordo com procuradores federais do estado do Pará, no norte do país.<sup>47</sup> (T9, SD78)

---

<sup>42</sup> No original: The attack followed clashes farther north in Roraima state, where miners in motorboats have repeatedly attacked and threatened a riverside Yanomami settlement known as Palimiu. There, miners also clashed with federal officials investigating the incidents.

<sup>43</sup> No original: Indigenous people evacuated Mariry and fled to the bigger village of Aramirã – where shots were fired on Saturday. Indigenous leaders and local politicians have called for urgent police help, fearing a bloodbath.

<sup>44</sup> No original: “The garimpeiros invaded the indigenous village and are there until today. They are heavily armed, they have machine guns. That is why we asking for help from the federal police,” said Kureni Waiãpi, 26, a member of the tribe who lives in the nearest town of Pedra Branca do Amapari, two hours away and 189km from Amapá state capital Macapá.

<sup>45</sup> No original: On a second visit to the village, Hekurari was accompanied by federal police, who also exchanged fire with heavily armed men dressed in black.

<sup>46</sup> No original: The sense of emergency has intensified in recent weeks after deadly clashes between miners and Yanomami and a gun battle between federal police agents and heavily armed gunmen apparently linked to the mines.

<sup>47</sup> No original: Hundreds of wildcat miners have attacked police who were trying to halt illegal mining in the Brazilian Amazon before raiding an indigenous village and setting houses on fire, according to federal prosecutors in the northern state of Pará.

"Esses garimpeiros não carregam apenas **pás e machados**... Eles têm **rifles e submetralhadoras**... Eles estão armados e todas as suas bases têm seguranças fortemente armados com o **mesmo tipo de armas que o exército, a polícia federal e a polícia militar usam**", disse ele.<sup>48</sup> (T12, SD111)

O resultado dessas invasões e desses conflitos aparece no discurso do Guardian em algumas das SDs mais brutais encontradas nas matérias, que demonstram a agressividade dos ataques e a forma como a população indígena está sendo dizimada. Nessas sequências é possível notar uma presença maior das vozes dos povos indígenas e ativistas, dada a complexidade de confirmar o número de mortes oficiais com as autoridades em cada ataque devido ao tamanho dos territórios e a falta de fiscalização. Aqui, o veículo também aciona o recurso da memória, relembrando outros casos de violência bruta como o massacre do Haximu, citado pelo missionário Carlo Zacquini na SD75, quando garimpeiros assassinaram 16 indígenas Yanomami em 1993. As menções às crianças conferem um significado adicional de uma violência ainda mais cruel.

Dezenas de garimpeiros invadiram uma reserva indígena remota na Amazônia brasileira, onde um **líder local foi esfaqueado até a morte**, e tomaram controle de uma vila após a comunidade **fugir com medo**, afirmaram políticos locais e líderes indígenas.<sup>49</sup> (T2, SD13)

Os homens foram avistados dias após o **assassinato de Emyra Waiãpi**, um líder da comunidade, cujo corpo foi encontrado perto da vila de Mariry na manhã de quarta-feira.<sup>50</sup> (T2, SD15)

Júnior Hekurari Yanomami, presidente de uma associação Yanomami, relatou que **duas crianças do grupo se afogaram enquanto fugiam** durante um confronto especialmente violento em 10 de maio, que também resultou na morte de três garimpeiros.<sup>51</sup> (T9, SD82)

"Foi terrível", disse Carlo Zacquini, um missionário italiano que trabalha com os Yanomami desde a década de 1960, ao New York Times após os assassinatos. "**Um dos garimpeiros esfaqueou uma criança e depois cortou sua cabeça**."<sup>52</sup> (T8, SD75)

---

<sup>48</sup> No original: "These miners don't just carry spades and axes... They have rifles and submachine guns... They are armed and all of [their] bases have heavily armed security guards with the same kind of weapons that the army, the federal police and the military police use," he said.

<sup>49</sup> No original: "Dozens of gold miners have invaded a remote indigenous reserve in the Brazilian Amazon where a local leader was stabbed to death and have taken over a village after the community fled in fear, local politicians and indigenous leaders said."

<sup>50</sup> No original: "The men were spotted days after the murder of Emyra Waiãpi, a community leader, whose body was found near the village of Mariry early on Wednesday."

<sup>51</sup> No original: Júnior Hekurari Yanomami, presidente de uma associação Yanomami, relatou que duas crianças do grupo se afogaram enquanto fugiam durante um confronto especialmente violento em 10 de maio, que também resultou na morte de três garimpeiros.

<sup>52</sup> No original: "It was terrible," Carlo Zacquini, an Italian missionary who has worked with the Yanomami since the 1960s, told the New York Times in the aftermath of those killings. "One of the miners stabbed a child, then cut his head off."

Conflitos implacáveis nas minas da selva espalhadas ao redor deste posto ribeirinho. **Corpos perfurados por balas** abandonados do lado de fora dos animados bordellos de madeira que ele costumava comandar.<sup>53</sup> (T10, SD89)

O discurso do Guardian também reforça o sentido da violência ainda na sua primeira forma quando destaca a ligação do garimpo à violência sexual de mulheres indígenas e não indígenas. Nenhum dos 12 textos analisados adentra a temática de maneira mais aprofundada, mas é possível observar que esse tipo de agressão é mencionado sob duas perspectivas, a primeira sendo em relação às violações cometidas pelos invasores com mulheres indígenas.

Quando ele tornou-se cacique aos 19 anos, sua comunidade, localizada a poucos quilômetros da fronteira com a Guiana, estava **invadida por garimpeiros**. Ele proibiu o consumo de álcool e **festas em que os filhos de fazendeiros brancos dançavam com as meninas indígenas**, mas suas filhas não tinham permissão para dançar com homens da tribo.<sup>54</sup> (T1, SD7)

Os garimpeiros, alguns com suspeitas de conexões com facções de drogas, **trouxeram violência sexual**, surtos de malária e forçaram o fechamento de postos de saúde, expondo as crianças a níveis "escandalosos" de doenças e desnutrição.<sup>55</sup> (T12, SD108)

A segunda perspectiva referente à violência sexual diz respeito à prostituição, que aparece sempre associada ao abuso de álcool e drogas, outras formas de violência simbólica.

Mas **os garimpeiros trazem malária, prostituição e violência**, argumentam os líderes indígenas, enquanto os cientistas afirmam que o mercúrio que os mineradores utilizam para separar partículas de ouro da lama e do sedimento entra nos rios e na cadeia alimentar.<sup>56</sup> (T3, SD25)

O **alcoolismo, a prostituição, as drogas, a violência** e a divisão dentro do povo Munduruku, assim como a contaminação dos leitos dos rios, tudo isso aumentou.<sup>57</sup> (T5, SD46)

**Os cerca de 20.000 garimpeiros já foram culpados por trazer álcool e prostituição para a reserva Yanomami**, onde trabalham ilegalmente por décadas,

---

<sup>53</sup> No original: Cutthroat squabbles over the jungle mines sprinkled around this riverside outpost. Lead-riddled corpses dumped outside the rowdy wooden bordellos he once ran.

<sup>54</sup> No original: When he was made chief at 19, his community just a few kilometres from the Guyana border was overrun with garimpeiros. He banned alcohol and parties where white farmers' sons danced with indigenous girls but their daughters were not permitted to dance with men of the tribe.

<sup>55</sup> No original: Miners, some with suspected ties to drug factions, had brought sexual violence, malaria outbreaks and forced health posts to close, exposing children to "scandalous" levels of disease and malnutrition.

<sup>56</sup> No original: But garimpeiros bring malaria, prostitution and violence, indigenous leaders argue, while scientists say the mercury the miners use to separate gold particles from mud and silt enters rivers and the food chain.

<sup>57</sup> No original: Alcoholism, prostitution, drugs, violence, division within the Munduruku people, contamination of river beds have all increased.

desmatando florestas e poluindo rios com mercúrio utilizado na separação do ouro.<sup>58</sup> (T6, SD52)

O trabalho sexual também não é tratado em detalhe pelo Guardian nas matérias analisadas, mas conforme o já citado relatório da Hutukara Associação Yanomami e do Instituto Socioambiental (2022) trata-se de um problema grave que integra a cadeia de aliciamento do garimpo. Segundo o documento, há muitos casos de “escravidão por dívida”, nos quais mulheres de outras regiões do país são recrutadas para trabalhar nos garimpos através de redes sociais com promessas de emprego como cozinheiras e acabam precisando se prostituir para pagar os custos da viagem.

### - Violência simbólica

O discurso do Guardian também aponta para uma série de sentidos que categorizo como violência simbólica. Segundo o veículo, além do abuso de álcool e drogas já citado, o garimpo é também responsável por propagar doenças como malária, Covid-19 e infecções sexualmente transmissíveis entre os povos indígenas.

**Com a Covid-19 devastando a população Yanomami** desde a primeira morte pela doença relatada em abril, **a presença dos "garimpeiros", ou mineradores de ouro, trouxe ameaças ainda maiores** à reserva.<sup>59</sup> (T6, SD51)

Quando a mineração na área de Tatzão estava operando em plena atividade, o rio onde as crianças se banham e as famílias coletam água ficou espesso de lama. **"A água estava muito suja"**, diz Nivaldo Edamya, de 34 anos, o cacique da aldeia. **"O que os garimpos fazem é terrível. Desmatamento, diversas doenças,** por isso sou contra eles."<sup>60</sup> (T3, SD28)

Mas nos últimos anos, o território tem sofrido uma nova invasão de cerca de 20.000 garimpeiros clandestinos - conhecidos como garimpeiros. No ano passado, o influxo causou um aumento de 30% na mineração ilegal dentro do território, e **também trouxe doenças infecciosas.**<sup>61</sup> (T7, SD60)

<sup>58</sup> No original: The estimated 20,000 miners were already blamed for bringing alcohol and prostitution into the Yanomami reserve, where they have worked illegally for decades, clearing forests and polluting rivers with mercury used in separating out the gold.

<sup>59</sup> No original: With Covid-19 ravaging the Yanomami population since the first death from the disease was reported in April, the existence of the “garimpeiros”, or goldminers, has brought even greater threats to the reserve.

<sup>60</sup> No original: When mining in the Tatzão area was operating at full pelt, the river where children bathe and families collect water thickened with mud. “The water was very dirty,” says Nivaldo Edamya, 34, the village chief. “What garimpo does is bad. Deforestation, various diseases, that’s why I am against them.”

<sup>61</sup> No original: But in recent years, the territory has seen a new invasion by about 20,000 wildcat miners – known as garimpeiros. Last year, the influx caused a 30% increase in illegal mining inside the territory, and it has also brought infectious diseases.

Os últimos cinco anos viram um **aumento de quase 500% nos casos de malária** na reserva, enquanto nos primeiros oito meses de 2020, foram relatados quase 14.000 novos casos e **nove mortes** causadas pela doença.<sup>62</sup> (T7, SD61)

Garimpeiros, alguns com suspeitas de conexões com facções de drogas, trouxeram violência sexual, **surtos de malária e forçaram o fechamento de postos de saúde**, expondo as crianças a **níveis "escandalosos" de doenças** e desnutrição.<sup>63</sup>(T12, SD108)

O Guardian reforça, mais uma vez, que se trata de uma situação que se repete historicamente, lembrando que doenças trazidas por garimpeiros também foram o motivo do extermínio de vários povos indígenas durante as décadas de 1970 e 1980.

Na década de 1970, **a tribo foi quase dizimada por doenças** após sua terra ser invadida por garimpeiros em busca de ouro.<sup>64</sup> (T2, SD19)

De acordo com a Survival International, **um quinto da população indígena morreu devido a doenças** depois que 40.000 garimpeiros inundaram a reserva nos anos 1980.<sup>65</sup> (T3, SD24)

Toda a construção desse sentido permite afirmar que o Guardian cumpre com os princípios editoriais de justiça social e defesa de grupos minorizados que promete. Além disso, fica claro que o veículo busca ativamente atender à finalidade do jornalismo de defender o cidadão, denunciando as violações dos direitos dos povos indígenas. Ainda seguindo o que é defendido por Reginato (2019), é notável através dessa formação discursiva que o Guardian não defende um posicionamento imparcial em relação ao garimpo em Terras Indígenas, evidenciando que a prática traz consigo diferentes formas de violência e responsabilizando os atores sociais envolvidos.

## - **Violência contra o meio ambiente**

Ainda dentro da formação discursiva do garimpo como violência, optei por diferenciar as sequências em mais uma categoria: a violência contra o meio ambiente, sentido que aparece em 26 SDs. Ao longo de toda a cobertura, o Guardian aborda o garimpo sob uma

---

<sup>62</sup> No original: The past five years have seen a nearly 500% increase in malaria cases on the reserve, while in the first eight months of 2020, nearly 14,000 new cases and nine deaths from the disease were reported.

<sup>63</sup> No original: Miners, some with suspected ties to drug factions, had brought sexual violence, malaria outbreaks and forced health posts to close, exposing children to “scandalous” levels of disease and malnutrition.

<sup>64</sup> No original: In the 1970s, the tribe was almost wiped out by disease after their land was invaded by gold prospectors.

<sup>65</sup> No original: A fifth of its indigenous population died from diseases after 40,000 garimpeiros flooded the reserve in the 1980s, according to Survival International.



perspectiva socioambiental, demonstrando como a atividade ceifa as florestas e rios e as vidas que deles dependem.

Os textos que mais destacam o tema são o T6 e o T11, ambos focados na TI Yanomami como tema central. Um dos principais recursos utilizados pelos repórteres nessas matérias para reforçar a brutalidade da exploração garimpeira é a descrição visual e sonora dos garimpos (a cor de lama dos rios, a fumaça escura, o som do motor das máquinas e das motosserras), aspecto potencializado pela cobertura especializada in loco feita pelos repórteres correspondentes do veículo. O contraste dessas imagens e dos ruídos que não pertencem àquele ambiente com as cores e os sons da floresta também enfatiza o discurso, de forma que o leitor consegue realmente visualizar a situação e entender a gravidade do problema. Termos como “devastação” e “destruição” são utilizados frequentemente para esclarecer ainda mais o posicionamento contrário do Guardian em relação ao garimpo.

A **lama** desce por uma canaleta de madeira áspera, enquanto **fumaça negra** é expelida de um **barulhento motor a diesel: um inferno industrial** operado à mão em meio à bela selva tropical.<sup>66</sup> (T3, SD26)

Ambientalistas que veem as comunidades indígenas como os melhores guardiões das florestas tropicais do Brasil alertam que a **mineração acelerará o desmatamento**.<sup>67</sup> (T4, SD36)

O rio Jamanxim, que serpenteia passando pela casa flutuante de Viana, tem uma **perturbadora cor marrom esbranquiçada**: resultado, segundo os moradores, da **poluição causada pela mineração**. Quando Viana chegou em 1981, as florestas tropicais da região eram em grande parte intocadas. Quarenta anos depois, como grande parte da Amazônia, elas foram substituídas por uma **extensa colcha de retalhos de estradas de terra e fazendas de gado** - e a **destruição** continua.<sup>68</sup> (T10, SD92)

Vinte milhas rio acima, em uma área supostamente protegida perto da floresta nacional do Jamanxim, o **som de uma motosserra** podia ser ouvido apesar da presença do exército. A máquina ficou em silêncio quando os repórteres do The Guardian se aproximaram, mas **um enorme dano** já havia sido feito.<sup>69</sup> (T10, SD93)

Sob esse mesmo ponto de vista, também é importante ressaltar as sequências discursivas que focam na contaminação dos rios e do solo pelo mercúrio. Além de uma

---

<sup>66</sup> No original: Mud pours down a rough wooden sluice, while black smoke belches from a deafening diesel engine: a hand-operated industrial hell amid the wild tropical beauty.

<sup>67</sup> No original: Environmentalists who see the indigenous communities as the best guardians of Brazil’s tropical forests warn that mining will speed up deforestation.

<sup>68</sup> No original: The Jamanxim River, which meanders past Viana’s waterside bungalow, runs a disturbing milky brown: the result, locals say, of mining pollution. When Viana arrived in 1981, the region’s rainforests were largely untouched. Forty years later, like much of the Amazon, they have been replaced by a sprawling patchwork of dirt tracks and cattle ranches – and the destruction continues.

<sup>69</sup> No original: Twenty miles upriver, in a supposedly protected area near the Jamanxim national forest, the hum of a chainsaw could be heard despite the army’s presence. The machine fell silent as the Guardian’s reporters approached, but huge damage had already been done.

agressão contra o meio ambiente, o discurso do Guardian não deixa de frisar que também se trata de uma forma de violência contra os povos indígenas. A associação do mercúrio aos termos “envenenam” e “envenenados” confere ainda mais força à ideia do garimpo como crime.

A mineração ilegal de ouro está em **proporções epidêmicas** na Amazônia, e as atividades **altamente poluentes** dos garimpeiros - como são chamados os mineradores - **devastam florestas e envenenam rios com mercúrio**.<sup>70</sup> (T2, SD14)

Mas os garimpeiros trazem malária, prostituição e violência, argumentam os líderes indígenas, enquanto os cientistas afirmam que o **mercúrio** que os mineradores utilizam para separar partículas de ouro da lama e do sedimento **entra nos rios e na cadeia alimentar**. (T3, SD25)

Um estudo publicado em 2018 descobriu que **92% dos indígenas** em uma aldeia perto de Waikás, onde havia uma mina de garimpo, apresentavam **níveis de mercúrio em seus cabelos acima dos níveis considerados seguros**.<sup>71</sup> (T3, SD31)

Os rios estavam sendo **envenenados com mercúrio** por uma frota ilegal de cerca de 150 embarcações de mineração.<sup>72</sup> (T12, SD108)

Esse sentido também é enfatizado pelos trechos em que o veículo menciona a relação simbiótica entre os povos indígenas e o meio ambiente, principalmente povos isolados ou de contato recente, inferindo que a devastação da mata e dos rios é equivalente à destruição do lar e dos meios de subsistência dessas pessoas, que sofrem de insegurança alimentar e desenvolvem uma série de problemas de saúde por conta da contaminação.

"A terra é nossa mãe. **Você planta, você tira dela, você a usa, mas você a respeita, cuida dela**", disse ela, acrescentando que os brancos "não respeitam nossa natureza".<sup>73</sup> (T1, SD6)

Quando a mineração na área de Tatzão estava operando em plena atividade, **o rio onde as crianças se banham e as famílias coletam água ficou espesso de lama**. (T3, SD28)

Para os Yanomami, **a natureza e a espiritualidade estão intrinsecamente ligadas**: cada pedra, cada cachoeira, cada pássaro, cada macaco possui um espírito, afirma

<sup>70</sup> No original: Illegal gold mining is at epidemic proportions in the Amazon and the heavily polluting activities of garimpeiros – as miners are called – devastate forests and poison rivers with mercury.

<sup>71</sup> No original: A study published in 2018 found that 92% of indigenous people in a village near Waikás, where a garimpo site operated, had higher than safe levels of mercury in their hair.

<sup>72</sup> No original: Rivers were being poisoned with mercury by an illegal fleet of about 150 mining vessels.

<sup>73</sup> No original: “The land is our mother. You plant, you take from her, you use her but you respect her, taking care of her,” she said, adding that white people “don’t respect our nature”.

Maneose Yanomama, de 55 anos, xamã da comunidade Sikamabi-U. E **os espíritos da natureza estão soando o alarme.**<sup>74</sup> (T3, SD34)

Em uma clareira próxima, um quarto escavador podia ser visto **destruindo** um território habitado por cerca de 27.000 membros dos povos Yanomami e Ye'kwana, incluindo **várias comunidades que não têm contato com o mundo exterior.**<sup>75</sup> (T12, SD102)

## - **Violência do governo Bolsonaro**

Um aspecto fundamental no discurso do Guardian sobre os garimpos na Amazônia são as menções ao ex-presidente Jair Bolsonaro e pessoas aliadas ao governo, que também optei por enquadrar como mais uma categoria dentro da formação discursiva do garimpo como violência. Apesar de toda a análise se referir ao período do governo Bolsonaro, é relevante a construção de um sentido específico que faz menção ao governo. A categoria é composta por 30 SDs.

O veículo faz questão de vincular Bolsonaro a termos como “invasão” e “destruição” em diversos trechos, sempre reforçando que a área de ocupação dos garimpos e, por consequência, a violência dentro das Terras Indígenas, aumentou significativamente com o início do mandato em 2019. Essas escolhas de discurso demonstram um claro posicionamento do Guardian contra as políticas de desmonte ambiental que foram implementadas durante todo o período de governo.

No Brasil, as **invasões de terras indígenas por garimpeiros** - como são chamados os mineradores clandestinos - **aumentaram desde que Bolsonaro assumiu o cargo** em janeiro de 2019.<sup>76</sup> (T5, SD42)

**Bolsonaro prometeu legalizar o trabalho de garimpeiros em reservas indígenas** - algumas das áreas da Amazônia mais bem protegidas. Em fevereiro, seu governo enviou um projeto de lei ao congresso, e **líderes de garimpeiros se reuniram com autoridades do governo nas últimas semanas**, à medida que a pressão aumenta para aprovar o projeto de lei.<sup>77</sup> (T6, SD54)

<sup>74</sup> No original: For the Yanomami, nature and spirituality are intrinsically linked: every rock, every waterfall, every bird, every monkey has a spirit, says Maneose Yanomama, 55, shaman of the Sikamabi-U community. And the spirits of nature are sounding the alarm.

<sup>75</sup> No original: In a nearby clearing, a fourth digger could be seen wrecking a territory home to about 27,000 members of the Yanomami and Ye'kwana peoples, including several communities that do not have contact with the outside world.

<sup>76</sup> No original: In Brazil, invasions of indigenous lands by garimpeiros – as wildcat miners are called – have increased since Bolsonaro took office in January 2019.

<sup>77</sup> No original: Bolsonaro has promised to legalise garimpeiro work in indigenous reserves – some of the best protected Amazon areas. In February his government sent a bill to congress, and garimpeiro leaders have met government officials in recent weeks, as pressure ramps up to approve the bill.

Várias fotografias mostram áreas onde os **garimpeiros, cuja atividade Bolsonaro prometeu legalizar, devastaram** a densa floresta verde-escura e a substituíram por enormes **aberturas de cor bronze, cheias de árvores derrubadas e poças de água parada**.<sup>78</sup> (T8, SD74)

Destaco aqui duas sequências discursivas que contribuem ainda mais para o fortalecimento do sentido da violência partindo do antigo governo. Nos dois trechos, o Guardian opta por frisar um discurso agressivo de Bolsonaro que desumaniza os povos indígenas.

A Constituição brasileira de 1988 **proíbe** a agricultura comercial e a **mineração em terras indígenas** sem aprovação específica do Congresso, mas o novo presidente de extrema-direita do Brasil, **Jair Bolsonaro - que descreveu os povos indígenas como "como animais em zoológicos" - quer mudar isso**.<sup>79</sup> (T1, SD1)

Recentemente, **Bolsonaro comparou os indígenas** que vivem vidas tradicionais em suas reservas como **"homens pré-históricos"**. No sábado, ele mais uma vez destacou as **riquezas minerais** nas reservas Raposa Serra do Sol e Yanomami - atualmente **inundadas com milhares de garimpeiros**.<sup>80</sup> (T2, SD20)

Assim como na SD1, outras sequências também evidenciam a inconstitucionalidade do posicionamento de Bolsonaro ao tentar legalizar o garimpo e outras formas de exploração dentro das TIs.

O presidente conservador tem sido franco sobre seu desejo de legalizar a mineração em territórios indígenas - **o que não é permitido pela Constituição brasileira** - e promover o desenvolvimento na Amazônia.<sup>81</sup> (T9, SD86)

Bolsonaro também planeja permitir a agricultura comercial em larga escala em reservas indígenas, **o que não é permitido pelas leis ambientais atuais**.<sup>82</sup> (T4, SD38)

Outras sequências que reforçam a agenda de Bolsonaro relatam a forma como o ex-presidente não só tentava ativamente legalizar a exploração garimpeira em TIs como encorajava os garimpeiros a ocupar os territórios ilegalmente e, por consequência, todos os

<sup>78</sup> No original: Several photographs show areas where the miners, whose trade Bolsonaro has vowed to legalise, have obliterated the dense, pine-green forest and replaced it with immense bronze-coloured gashes littered with felled trees and pools of stagnant water.

<sup>79</sup> No original: Brazil's 1988 constitution prohibits commercial farming and mining on indigenous reserves without specific congressional approval, but Brazil's new hard-right president, Jair Bolsonaro – who has described indigenous people as “like animals in zoos” – wants to change that.

<sup>80</sup> No original: Recently Bolsonaro compared indigenous people living traditional lives on their reserves to “prehistoric men”. On Saturday he once again talked up the mineral riches in the Raposa Serra do Sol and Yanomami reserves – currently inundated with thousands of garimpeiros.

<sup>81</sup> No original: The conservative president has been outspoken about his desire to legalize mining in indigenous territories – which is not allowed under Brazil's constitution – and to promote development in the Amazon.

<sup>82</sup> No original: Bolsonaro also separately plans to allow large-scale commercial agriculture on indigenous reservations, which is not permitted under current environmental laws.

crimes decorrentes dessa ocupação. Não coincidentemente, o discurso desenvolvimentista reforçado pelo ex-presidente remonta ao discurso dos governos militares que tratavam a Amazônia como um espaço vazio que precisava ser ocupado pela indústria (SANTANA, 2009), desconsiderando a ocupação indígena do território por não ser “produtiva”.

Os povos indígenas estão enfrentando uma **crise humanitária**, enquanto **Bolsonaro encoraja os garimpeiros clandestinos** com planos para seus territórios na floresta tropical.<sup>83</sup> (T7, SD56)

**Bolsonaro apoiou a legislação para abrir áreas protegidas indígenas à mineração** e transferir a propriedade de extensas áreas de terra para ocupantes ilegais. **Ele também encorajou garimpeiros**, madeireiros e grileiros ao enfraquecer a Funai, a agência federal responsável pela proteção da população indígena do Brasil, e repetidamente afirmar que os territórios indígenas são "muito grandes".<sup>84</sup> (T7, SD66)

Os conflitos ocorreram dias após um ministro do Supremo Tribunal Federal ordenar que o governo protegesse as **populações indígenas ameaçadas pelos garimpeiros, que parecem ter sido encorajados pelo presidente Jair Bolsonaro**.<sup>85</sup> (T9, SD79)

O T9, em especial, trata dos ataques cometidos pelos garimpeiros nas TIs Munduruku e Yanomami, no Pará e em Roraima, onde queimaram casas e entraram em conflito armado com oficiais da polícia federal que estavam em operação para expulsar os garimpeiros das TIs por ordem judicial. O Guardian salienta que os ataques vieram após o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso, ordenar que o governo federal adotasse “imediatamente todas as medidas necessárias para proteger a vida, saúde e segurança das populações indígenas”, além de acusar o executivo de “recalcitrância e falta de transparência” em garantir a saúde e segurança dos grupos indígenas. Assim, fica claro que os próprios garimpeiros entendiam-se como aliados de Bolsonaro e arquitetavam os ataques como uma resposta a quem tentasse contrariar o ex-presidente.

De forma geral, fica claro que nessas sequências o Guardian busca exercitar o papel de vigilante das instituições de poder conforme a finalidade de fiscalização do poder e fortalecimento da democracia segundo Reginato (2019). Sendo o garimpo em territórios indígenas uma prática ilegal e associada a uma série de outros crimes humanitários e ambientais graves, cabe ao poder executivo fortalecer as demais instituições para combater

<sup>83</sup> No original: Indigenous people in the grip of a humanitarian crisis as Bolsonaro gives encouragement to wildcat miners with designs on their rainforest territory.

<sup>84</sup> No original: Bolsonaro has supported legislation to open indigenous protected areas to mining and that would transfer ownership of large swaths of land to illegal squatters. He has also emboldened miners, loggers and land-grabbers by weakening Funai, the federal agency charged with protecting Brazil’s indigenous population, and repeatedly claiming that indigenous territories are “too big”.

<sup>85</sup> No original: The clashes came days after a supreme court justice ordered the government to protect indigenous populations threatened by the miners who appear to have been emboldened by President Jair Bolsonaro.

essas violações. O governo Bolsonaro, contudo, optou pelo caminho contrário, estimulando diversas formas de violência contra um grupo já minorizado, fato que o Guardian opta por destacar de forma extensa em todas as matérias do corpus.

#### 4.3.2 FD2 - Garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade

A segunda formação discursiva encontrada a partir da análise é referente ao garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, composta por 16 SDs, representando 16% do total. Retomando o histórico do garimpo no Brasil apresentado no primeiro capítulo, entende-se que a atividade se mostra sempre associada à mão de obra pouco qualificada, sendo uma oportunidade para trabalhadores vindos de regiões mais pobres e buscando ascensão nos garimpos, influenciados pelas promessas desenvolvimentistas dos governos de cada época (PÓVOA-NETO, 1997).

Apesar dessa FD apresentar-se em uma associação de dicotomia em relação à FD do garimpo como violência, fica claro no discurso do Guardian que não se trata de argumentar a favor do garimpo como uma alternativa econômica viável no Brasil, mas sim expor a complexidade da questão que envolve uma série de fatores sociais e políticos. Ainda assim, considero que ela pode trazer um fundo ideológico diferente da FD1 ao agregar sentidos que reforçam a existência de um discurso de desenvolvimento atrelado ao garimpo, por isso está marcada como uma nova FD.

O veículo aborda esse sentido de maneira mais extensa em três textos, T3, T5 e T10, nos quais traz o ponto de vista dos garimpeiros — alguns, inclusive, indígenas — e busca contextualizar os motivos pelos quais eles optaram por exercer a atividade.

**Esses homens são de pequenas cidades no empobrecido norte e nordeste do Brasil, onde eles afirmam que o salário mínimo de cerca de US\$ 250 por mês (aproximadamente £194) mal é suficiente para viver. "Você faz isso para sustentar sua família", diz Denilson Nascimento, 33 anos.<sup>86</sup> (T3, SD27)**

O retorno aos negócios como de costume é exatamente o que muitos no Jardim do Ouro desejam. Claudionor Silva, **um amável nordestino que parecia ter uma década a mais do que seus 56 anos**, disse que arrumou um emprego em uma das minas ilegais da região em abril, **depois que a Covid destruiu seu trabalho como ambulante**. Cinco meses depois, ele foi demitido novamente.<sup>87</sup> (T10, SD94)

<sup>86</sup> No original: The men are from small towns in Brazil's impoverished north and north-east, where they say minimum-salary wages of around US\$250 a month (£194) are barely enough to live on. "You do this to keep your family," says Denilson Nascimento, 33.

<sup>87</sup> No original: A return to business as usual is exactly what many in the Garden of Gold would like. Claudionor Silva, a kindly north-easterner who looked a decade older than his 56 years, said he had taken a job in one of the

"**Como vou sustentar minha família agora?**", perguntou o **pai de quatro filhos** enquanto estava sentado ao lado de uma escavadeira ociosa que, até recentemente, estava arrancando pedaços do solo da Amazônia.<sup>88</sup> (T10, SD95)

A escolha do Guardian em apresentar os personagens e suas motivações para trabalhar com o garimpo demonstra um conhecimento editorial sobre a sensibilidade do problema, evitando individualizar a culpa pela violência decorrente da atividade garimpeira. O sentido é reforçado, ainda, pelas sequências que tratam do ouro enquanto commodity e seu potencial econômico no período pós pandemia, especialmente em um país como o Brasil que sofreu com uma forte recessão. Na SD104, o Guardian enfatiza mais uma vez que a alta do ouro e a expansão garimpo é um ciclo que se repete historicamente no Brasil e está diretamente ligado a problemas estruturais como a pobreza.

Apenas metade das concessões legais de mineração na Amazônia estão em atividade, afirmou Veit. No entanto, com a **mineração vista por muitos países da Amazônia como chave para o desenvolvimento**, isso pode mudar.<sup>89</sup> (T5, SD40)

**Os preços do ouro em alta** - que chegaram a quase US\$ 2.100 por onça em agosto - ajudaram a **impulsionar garimpeiros clandestinos para a Amazônia**. "Os preços do ouro estavam subindo há anos, mas a ameaça às economias do novo coronavírus levou a um aumento nos preços - cerca de 35% este ano - à medida que os investidores buscavam a segurança percebida do ouro. **À medida que os preços sobem, aumenta a demanda e a mineração**", diz o relatório.<sup>90</sup> (T5, SD41)

Esses esforços tiveram sucesso inicialmente, mas na próxima década **os garimpeiros voltaram devido ao aumento dos preços do ouro, falta de fiscalização e pobreza** que garantia aos chefes de mineração um **suprimento constante de trabalhadores explorados**.<sup>91</sup> (T12, SD104)

Os pilotos de voos rasantes<sup>92</sup> poderiam receber até **1.000.000 de reais** (160.000 libras esterlinas) por alguns meses perigosos, transportando garimpeiros, suprimentos e trabalhadoras sexuais para acampamentos remotos na selva. **Para seus patrões, os lucros eram ainda maiores**.<sup>93</sup> (T12, SD109)

---

region's illegal gold pits in April, after Covid torpedoed his work as a street hawker. Five months later he had been laid off again.

<sup>88</sup> No original: "Como vou sustentar minha família agora?", perguntou o pai de quatro filhos enquanto estava sentado ao lado de uma escavadeira ociosa que, até recentemente, estava arrancando pedaços do solo da Amazônia.

<sup>89</sup> No original: Only half of legal mining concessions in the Amazon are active, Veit said. But with mining seen by many Amazon countries as key to development, that could change.

<sup>90</sup> No original: Rising gold prices – which hit nearly \$2,100 (£1,625) an ounce in August – have helped to drive wildcat miners into the Amazon. "Gold prices had been rising for years but the threat to economies from the novel coronavirus led to a surge in prices – up about 35% this year – as investors sought the perceived safety of gold. As prices rise, so does demand and mining," the report said.

<sup>91</sup> No original: Those efforts initially succeeded but by the next decade the garimpeiros were back due to soaring gold prices, lax enforcement and grinding poverty that ensured mining bosses a constant supply of exploitable workers.

<sup>92</sup> Traduzido conforme o dicionário da Agência Nacional de Aviação Civil. Disponível em [https://www2.anac.gov.br/anacpedia/ing\\_por/tr681.htm](https://www2.anac.gov.br/anacpedia/ing_por/tr681.htm). Acesso em: 3 ago. 2023.

<sup>93</sup> No original: Bush pilots could receive up to 1,000,000 reais (£160,000) for a few, perilous months ferrying prospectors, supplies and sex workers to remote jungle camps. For their bosses, the profits were greater still.

Também na SD104, em conjunto com a SD109, destaco um fator importante: a menção ao que o Guardian denomina “chefes da mineração”. Aqui, o discurso evidencia que para muito além dos homens trabalhando na extração de minérios dentro dos garimpos existem pessoas extremamente poderosas que controlam esse grande sistema e se beneficiam de toda uma cadeia de crimes e violência consequente da mesma. Os garimpeiros são recrutados pelos chefes dos garimpos através de meios informais, sem contrato, e muitas vezes acabam reféns desses esquemas por conta de dívidas com os donos dos garimpos (MONTEIRO et al., 2010).

Ainda retratando o ponto de vista dos garimpeiros, o Guardian enfatiza a consciência dos trabalhadores em relação aos crimes que estão cometendo.

**"Eu sei que é ilegal"**, diz Bernardo Gomes, 59 anos, sentado próximo a uma estrutura de um bar. Anteriormente, ele trabalhava para a gigante mineradora Vale, e diz que seu tempo na empresa o ensinou a proteger o meio ambiente. **"Hoje, infelizmente, estou ajudando a destruí-lo"**, diz ele, explicando que um trecho próximo de árvores mortas foi sufocado pela lama retirada da mina próxima.<sup>94</sup> (T3, SD23)

Benedito Ademar Leitão, um pregador local, disse temer que seu rebanho já diminua ainda mais se a repressão forçar os moradores redundantes a migrar. **No entanto, no fundo, o religioso simpatiza.**<sup>95</sup> (T10, SD96)

**"Deus não criou o universo para ser destruído assim"**, disse Leitão, de 63 anos, ex-garimpeiro que trocou o ouro por Deus após uma briga em um bar regada a álcool, em que levou um tiro no quadril e quase morreu.<sup>96</sup> (T10, SD97)

A mesma questão de vulnerabilidade social e econômica se aplica aos indígenas que são aliciados e optam por trabalhar nos garimpos. Além de atuarem na própria mão de obra de extração, é comum encontrar casos de indígenas que recebem para ajudar os garimpeiros a entrarem nas TIs, que são áreas protegidas e de difícil acesso. O T3, que percorre uma longa investigação dentro da TI Yanomami ainda antes da pandemia, dá um destaque especial para esse aspecto, retratando a “divisão geracional” que se instala entre o povo que vive na TI. A SD33 mostra o ponto de vista de Oziel Yanomama, jovem de 15 anos que passou três

---

<sup>94</sup> No original: “I know it is illegal,” says Bernardo Gomes, 59, sitting by the frame of a bar. Formerly a worker at mining giant Vale, Gomes says his time at the company taught him how to protect the environment. “Today, unfortunately, I am helping to destroy it,” he says, explaining that a nearby patch of dead trees was suffocated by mud sucked out of the nearby mining pit.

<sup>95</sup> No original: Benedito Ademar Leitão, a local preacher, said he feared his already tiny flock would shrink further if the crackdown forced redundant locals to migrate. Deep down, however, the churchman sympathized.

<sup>96</sup> No original: “God didn’t create the universe for it to be destroyed like this,” said Leitão, 63, a former miner who swapped gold for God after a booze-fuelled bar brawl in which he was shot in the hip and nearly died.



semanas trabalhando no garimpo mais próximo a sua comunidade com um amigo também indígena. O pai do jovem argumenta contra o garimpo, afirmando que se trata de uma doença.

Algumas lideranças indígenas concordam. **"Eu sou a favor da mineração, desde que seja bem controlada"**, disse Altevir de Souza, um Macuxi e presidente de um grupo chamado Sodiur, que **representa uma minoria** das comunidades em Raposa Serra do Sol.<sup>97</sup> (T1, SD10)

Investidores garimpeiros **pagaram indígenas locais para ajudá-los a entrar na reserva** e trabalhar dentro dela, disse Ademir Kaba Munduruku, um líder local.<sup>98</sup> (T5, SD45)

**"Eu queria sapatos, um facão, uma lima de afiar"**, diz Marcos. **"Eu queria uma rede. Eu queria trabalhar."** Ele foi pago com cinco gramas de ouro (no valor de cerca de US\$ 180).<sup>99</sup> (T3, SD33)

O T5, que destaca uma série de aspectos legais e econômicos do garimpo, apresenta um exemplo de mineração legal na Guiana, exercida pelos próprios povos indígenas em seus territórios. Contudo, o discurso do veículo não deixa brecha para que o caso da Guiana seja tirado de contexto e utilizado a favor da legalização do garimpo no Brasil, enfatizando que se trata de uma prática tradicional dos povos guianenses, diferente do Brasil, e que não é possível tratar do tema sob essa mesma perspectiva. O Guardian reforça, ainda, que a própria mineração legal também é problemática porque não depende somente da regulação estatal, mas também da aderência do setor privado, que só visa o lucro.

Na Guiana, os povos indígenas Patamona de Campbelltown envolvidos em mineração artesanal têm "mostrado certa disposição" para **trabalhar de forma mais sustentável, banindo o uso de mercúrio** e reabilitando áreas de mineração, diz o relatório.<sup>100</sup> (T5, SD49)

**A mineração legal também pode ter um alto custo**, segundo Veit. **"Muitas empresas não aderem à lei**, ao texto da lei, muitas parecem não cumprir seus acordos com o governo", disse ele. Estudos de caso no Peru e no Equador documentam disputas legais entre grupos indígenas, governos e empresas de mineração.<sup>101</sup> (T5, SD48)

<sup>97</sup> No original: Some indigenous leaders agree. "I am in favour of mining as long as it is well controlled," said Altevir de Souza, a Macuxi and president of a group called Sodiur that represents a minority of the communities in Raposa Serra do Sol.

<sup>98</sup> No original: Garimpeiro investors have paid local indigenous people to help them enter the reserve and work within it, said Ademir Kaba Munduruku, a local leader.

<sup>99</sup> No original: "I wanted shoes, a machete, a sharpening file," Marcos says. "I wanted a hammock. I wanted to work." He was paid five grams of gold (worth around \$180).

<sup>100</sup> No original: In Guyana, Patamona indigenous people from Campbelltown involved in artisanal mining have "shown some willingness" to work in a more sustainable way, banning mercury and rehabilitating mining sites, the report said.

<sup>101</sup> No original: Legal mining can also come at a high cost, Veit said. "Many companies don't adhere to the law, the letter of the law, many don't seem to adhere to their agreements with the government," he said. Case studies from Peru and Ecuador document legal struggles between indigenous groups, governments and mining companies.

Mas os povos indígenas da Amazônia saem perdendo quando empresas de mineração e operações ilegais entram em suas terras. "**Estamos sob cerco da mineração legal e ilegal**, e nossos governos estão fazendo pouco para fazer valer os direitos que existem", disse McGarrell.<sup>102</sup> (T5, SD50)

Essa formação discursiva evidencia o compromisso do Guardian com a finalidade jornalística de interpretar e analisar a realidade, uma vez que o veículo busca retratar o garimpo e a figura do garimpeiro num contexto histórico e social, levando em consideração todas as particularidades do problema e evitando delegar a culpa pela violência somente aos garimpeiros como indivíduos.

O sentido do garimpo como alternativa também enfatiza o compromisso do veículo com uma diversidade de vozes sociais, aspecto fundamental da prática jornalística conforme Benetti (2006). Referente a isso, a contextualização e a qualificação da informação transmitida também são essenciais para garantir que o discurso do Guardian não justifique ou inocente os garimpeiros responsáveis pelos crimes dentro das TIs, mas sim esclareça a complexidade do problema e dos atores sociais envolvidos na questão.

Ainda que esse sentido não configure um desvio de posicionamento editorial, - o veículo não apresenta o garimpo como uma prática que pode ser benéfica de alguma forma, em contraponto à violência - entendo que se trata de uma nova formação discursiva porque apresenta uma perspectiva diferente sobre o tema. Isso se deve, justamente, à preocupação do Guardian em exercitar o princípio da pluralidade e trazer todos os pontos de vista relevantes para a discussão.

---

<sup>102</sup> No original: But Amazon indigenous peoples lose out when mining companies and illegal operations enter their land. "We are under siege from legal and illegal mining and our governments are doing little to enforce the rights that do exist," McGarrell said.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada por uma série de conflitos: desde epidemias de doenças trazidas pelos colonizadores a conflitos pela ocupação dos territórios até a perda de autonomia cultural e religiosa que levaram à extinção de muitos povos. É fundamental reconhecer que esses eventos não aconteceram de forma isolada, mas ainda são parte de uma dura realidade que precisa ser combatida. A luta pela proteção dos direitos indígenas, pela demarcação de terras e pela preservação da sua cultura é uma questão crucial para a justiça social e os direitos humanos no país. Pensando nisso, é essencial que o jornalismo se dedique a compreender e retratar essa realidade de maneira aprofundada, sensível e responsável, de forma a conscientizar politicamente o leitor e engajar a sociedade civil em um movimento pelos direitos dos povos tradicionais.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os sentidos construídos pelo The Guardian no discurso sobre o garimpo em Terras Indígenas da Amazônia durante o governo Bolsonaro a fim de compreender de que forma o veículo se posiciona em relação ao tema e o aborda perante um público internacional. Para isso, busquei trazer um panorama histórico da mineração como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Brasil desde a colonização, explorando suas implicações no contexto socioeconômico do país, com um foco particular na região Amazônica. Procurando compreender melhor o objeto, destaquei a progressão do garimpo em Terras Indígenas durante o período de 2019 a 2022, na administração do ex-presidente Jair Bolsonaro, intervalo de tempo marcado por mudanças significativas na agenda socioambiental do país com transformações que resultaram em maior devastação ambiental e culminaram em uma crise humanitária entre os povos indígenas.

Como base para o processo de análise, explorei o papel do jornalismo como instituição social nas sociedades democráticas, destacando as finalidades que devem ser almejadas na construção de uma cobertura referente a temas como o garimpo. Também discuti a aplicação dos conceitos de alteridade e outridade e o conceito de jornalismo como gênero discursivo.

A partir dos 12 textos selecionados para o corpus da pesquisa e utilizando a metodologia de Análise de Discurso (AD) de linha francesa, identifiquei duas grandes formações discursivas no discurso de veículo, demonstrando que o The Guardian retrata o garimpo em Terras Indígenas como “violência” e como “alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade”. Dentro da primeira FD, é fundamental destacar que o veículo aborda diferentes tipos de violência, sendo elas: a violência física, quando noticia invasões, ataques e

assassinatos em comunidades indígenas; a violência simbólica, quando evidencia a epidemia de malária, a contaminação por mercúrio e outros problemas de saúde; a violência contra o meio ambiente, quando reforça a ligação do garimpo com o desmatamento e a destruição da floresta; e a violência partindo da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando aponta os diversos momentos em que o ex-presidente e seus apoiadores se posicionaram a favor do garimpo e demonstraram negligência frente à crise humanitária e ambiental que se estabeleceu entre os povos indígenas em diversos territórios.

Considerando o compromisso que o Guardian alega ter com a emergência climática e a justiça social, temas centrais na cobertura do garimpo, os resultados do trabalho também me permitiram perceber se o jornal cumpre com esses princípios, o que se comprova através dessa formação discursiva. Presente em 97 das 113 sequências discursivas mapeadas, a FD “garimpo como violência” evidencia o posicionamento contrário do Guardian em relação ao garimpo e às políticas do governo Bolsonaro, reforçando o comprometimento do veículo em responsabilizar o poder e defender as vozes daqueles que são menos ouvidos.

Entre os motivos de escolha do The Guardian como parte do objeto de pesquisa, o fato de o veículo ter um posicionamento político-editorial bem delineado foi determinante. Contudo, esse aspecto também representou um desafio ao longo do desenvolvimento da análise, de forma que o processo para delimitar a FD2 - o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade - não foi tão simples. De maneira geral, entende-se que as formações discursivas se formam a partir de formações ideológicas diferentes, e portanto não se pode considerar uma nova formação discursiva quando as sequências reforçam um mesmo sentido. Como foi observado nas SDs destacadas dentro dessa formação, o Guardian busca evidenciar o ponto de vista dos trabalhadores não como justificativa para os crimes que envolvem o garimpo, mas porque reconhece que é uma questão complexa que precisa ser tratada de maneira estrutural com o combate à raiz do problema: as condições sociais e econômicas do país.

Apesar disso, entendo que é preciso reconhecer que, ao proporcionar esse espaço para a visão dos garimpeiros dentro do discurso, o Guardian reforça a existência de um sentido de desenvolvimento atrelado ao garimpo em detrimento do garimpo como uma prática exclusivamente negativa. Esses sentidos aparecem justamente a partir da preocupação do veículo em retratar a complexidade da questão e trazer um discurso plural. Dessa forma, conclui-se que o garimpo como alternativa para pessoas em situação de vulnerabilidade se enquadra como uma nova FD porque traz, de alguma forma, um fundo ideológico diferente da FD1.

É relevante, ainda, apontar o gesto interpretativo da tradução como uma etapa complexa no desenvolvimento da análise, uma vez que a língua é parte fundamental da composição de uma cadeia discursiva e os sujeitos são marcados por elementos que os constituíram a partir de discursos diferentes conforme suas línguas nativas. Como parte da metodologia, foi necessário mapear as sequências discursivas e selecionar os principais sentidos ainda em inglês, fato que dificultou o processo por não se tratar da minha língua nativa. Após o mapeamento, a tradução das principais SDs que foram utilizadas na análise também representou um obstáculo, uma vez que os termos utilizados pelos jornalistas em inglês permitem gestos de interpretação diferentes dos gestos interpretativos gerados a partir de termos traduzidos para o português. Um exemplo é a própria palavra garimpo: segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa<sup>103</sup>, garimpo é definido como “Lugar onde se exploram pedras e metais preciosos” ou “Povoação fundada e habitada por garimpeiros”, com o significado “Exploração clandestina do diamante e do ouro” sendo categorizado como antiquado. O Guardian, por sua vez, utiliza os termos garimpo e garimpeiros, em português, para definir esse tipo específico de mineração ilegal que acontece dentro das Terras Indígenas, sempre associado ao que é clandestino. Essa diferença de significados pode resultar em interpretações diferentes acerca dos sentidos, que precisam ser levadas em consideração para a delimitação das formações discursivas.

A cobertura de questões socioambientais no Brasil pelo Guardian é extensa, de modo que o processo de delimitação do objeto percorreu uma série de caminhos até chegar no recorte do garimpo. A partir da análise preliminar das matérias, a relação entre o garimpo e os povos indígenas se mostrou a alternativa com maiores possibilidades de análise, mas também seria interessante abordar a cobertura sobre cultura e identidade indígena, assim como disputas políticas não relacionadas diretamente ao garimpo. Também se justificaria uma análise sobre os sentidos acerca do desmatamento e das queimadas sob uma perspectiva econômica, uma vez que o Guardian também produz uma cobertura ampla sobre os impactos da indústria agropecuária internacional, com destaque para a série *Animals farmed*, uma newsletter mensal de reportagens que investigam “como os animais que nos alimentam vivem e como funciona o negócio de nos alimentar”.

Ainda dentro das possibilidades que esta pesquisa suscitou, outra abordagem relevante é a de análise das vozes do discurso. Tratando-se da cobertura de garimpo, o mapeamento das vozes é especialmente relevante para pensar a posição que povos indígenas,

---

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=garimpo>>. Acesso em: 8 ago 2023.

garimpeiros e jornalistas ocupam nessa relação polifônica do discurso. De forma geral, abordamos aqui a importância da aplicação dos conceitos de alteridade e outridade ao jornalismo, mas também é fundamental uma reflexão mais aprofundada referente ao lugar social do qual falam os jornalistas do Guardian - em sua maioria homens, brancos e naturais de um país colonialista. Uma análise sob essa perspectiva é pertinente principalmente devido aos demais sujeitos envolvidos na cobertura do tema, uma vez que pode se estabelecer uma relação de poder entre jornalista e pessoas indígenas/garimpeiros baseada em determinações culturais, sociais e históricas e que afeta o discurso de ambos os lados.

Por fim, além das reflexões como pesquisadora, considero que o desenvolvimento da pesquisa foi fundamental para pensar a prática do jornalismo socioambiental enquanto profissional em início de carreira. Para cumprir com a obrigação de informar de modo qualificado e com as outras finalidades do jornalismo, a cobertura de questões socioambientais exige o entendimento sobre a complexidade dessas questões, que muitas vezes não se resumem a eventos isolados, mas são resultado de processos históricos delicados e que envolvem um conjunto de sujeitos e relações. Retratar esse tipo de conflito exige do jornalista muita sensibilidade e um olhar atento para a contextualização dos fatos, evitando a perpetuação de estereótipos. Para isso, é essencial priorizar o equilíbrio entre a verdade jornalística e a luta pela proteção dos direitos e culturas das minorias sociais, sem deixar de responsabilizar os atores envolvidos em práticas ilegais e violentas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, José Luiz Prado; BAIRON, Sérgio. A Construção do Outro na Mídia Semanal. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ALBERT, Bruce. **Ouro Canibal e a Queda do Céu**: uma crítica xamânica da Economia política da Natureza. Brasília, 1995.

ALFENAS, Flávia; CAVALCANTI, Francisco; GONZAGA, Gustavo. **Mercado de Trabalho na Amazônia Legal**: uma análise comparativa com o resto do Brasil. Amazônia 2030. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Relatorio-Final-Mercado-de-Trabalho-na-Amazonia.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 191, de 6 de fevereiro de 2020**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1855498&filenome=PL%20191/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1855498&filenome=PL%20191/2020). Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.685, de 2 de junho de 2008**. Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111685.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111685.htm). Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas**. Brasília, DF: MPF, 2020.

BARBOSA, Livia. Garimpo e Meio Ambiente: Águas Sagradas, Águas Profanas. *In*: BARBOSA, Livia; LOBATO, Ana Lucia; DRUMMOND, José Augusto. **Garimpo, Meio Ambiente e Sociedades Indígenas**. Rio de Janeiro: CETEM; Niterói: EdUFF, 1992.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. *In*: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. 2. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso: estudo de vozes e sentidos. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, v. 1, n. 14, p. 1-11, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251/4475>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BENETTI, Marcia; REGINATO, Gisele. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 878-96, 2014.

FÁBIO, André Cabette. **Reinvenção do garimpo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

FEIJÃO, Antônio; PINTO, José. Amazônia e a saga do Ouro do Século 20. In: BARBOSA, Livia; LOBATO, Ana Lucia; DRUMMOND, José Augusto. **Garimpo, Meio Ambiente e Sociedades Indígenas**. Rio de Janeiro: CETEM; Niterói: EdUFF, 1992.

FERREIRA, Sylvio; BASTOS, Pedro. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). IE/Unicamp, Campinas, n. 266, 2016.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracaju: UFS, 2005.

FREITAS, Camila; CARVALHO, Rodrigo; OVIEDO, Antonio. **O financiamento da gestão ambiental no Brasil: uma avaliação a partir do orçamento público federal (2005-2022)**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t3d00048.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FREITAS, Camila; BENETTI, Marcia. Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. **Brazilian Journalism Review**, v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172675>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

HATUKURA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo**. Relatório. Boa vista: Instituto Socioambiental, 2022.

HERMANO, Brasilina. O contato e suas consequências: o caso Yanomami. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS, 1., 2014, Boa Vista. **Anais [...]**. Boa Vista: UFRR, 2014.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.



- LAGO, Cláudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 10, n. 2, 2014. Doi: <https://doi.org/10.25200/BJR.v6n1.2010.253>.
- MACHADO, Iran. FIGUEIRÔA, Silvia. 500 years of mining in Brazil: a brief review. **Resources Policy**, v. 27, n. 1, p. 9-24, 2001. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0301-4207\(01\)00004-6](https://doi.org/10.1016/S0301-4207(01)00004-6).
- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. Os jornais e o acontecimento Obama. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 7., 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBPJor, 2009.
- MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/XwvpYqjz4DpvNBbzsXRD4cn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- MOLINA, Luísa Pontes (org.). **Terra rasgada**: como avança o garimpo na Amazônia brasileira. Brasília, DF: Aliança em Defesa dos Territórios, 2023.
- MONTEIRO, Maurilio *et al.* Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.7, n.13, 2010. Disponível em: <http://periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/176>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- ORELLANA, Marcos. **Mercury, small-scale gold mining and human rights**. Nova York: CDH, 2022.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÓVOA-NETO, Helion. Migrantes, Garimpeiros e seu "Lugar" no Território Nacional: Itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho. *Geo UERJ*, [S. l.], n. 2, 1997.
- REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. Florianópolis: Insular, 2019.
- SANTANA, Arthur. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- SANTOS, Roberto (org.). **A Amazônia Perante o Direito**. Belém: UFPA, 1995.
- SILVA, Domingas Machado da. Mercúrio total em parturientes e neonatos da Cidade de Itaituba-Pará-Brasil. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Biociências, UFOP, Santarém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/711>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

VEIGA, Marcelo; SILVA, Alberto; HINTON, Jennifer. O garimpo de ouro na amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. *In*: TRINDADE, Roberto; BARBOSA, Olavo. **Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002.

WAISBICH, Laura; RISSO, Melina; HUSEK, Terine; BRASIL, Lycia. **O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta**. Instituto Igarapé, 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/02/AE-54-O-ecossistema-do-crime-ambiental-na-Amazonia.pdf>. Acesso em 15 ago. 2023.

APÊNDICE A – TABELA DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

Texto	Nº Sequência	SD
T1	SD1	Brazil's 1988 constitution prohibits commercial farming and mining on indigenous reserves without specific congressional approval, but Brazil's new hard-right president, Jair <b>Bolsonaro – who has described indigenous people as “like animals in zoos” – wants to change that.</b>
T1	SD2	The indigenous people at the assembly already felt threatened by Bolsonaro's rhetoric. Some communities remember the <b>devastation</b> caused by artisanal gold miners called <i>garimpeiros</i> , others the <b>domination</b> by powerful rice farmers.
T1	SD3	“We are not fighting the farmer, a little <i>garimpeiro</i> . <b>We are fighting the government,</b> ” Edinho de Souza, the CIR's vice-coordinator from the Macuxi tribe, told the meeting. “We won't let this land be destroyed.”
T1	SD4	Raposa's history is riddled with strife. In 2004, a Catholic mission was attacked and three padres kidnapped for two days. Paulo Quartiero, a rice farmer who led opposition to the reserve's creation and later served as a politician and vice-governor, was accused of <b>organising and leading the invasion</b> , but the case has not yet concluded.
T1	SD5	<u>The changes brought by Bolsonaro's election win were the theme of the annual assembly. Local chiefs called tuxaua and other delegates were unimpressed by declarations from him and his conservative allies – who include landowners, military officers and fundamentalist evangelical Christians – about progress and promises to integrate them into Brazilian society.</u> They heard similar arguments during Brazil's military dictatorship between 1964 and 1985 as it forcibly developed the Amazon.
T1	SD6	“ <b>The land is our mother.</b> You plant, you take from her, you use her but you respect her, taking care of her,” she said, adding that white people “don't respect our nature”.
T1	SD7	When he was made chief at 19, his community just a few kilometres from the Guyana border was <b>overrun with garimpeiros</b> . He banned alcohol and <b>parties where white farmers' sons danced with indigenous girls</b> but their daughters were not permitted to dance with men of the tribe.
T1	SD8	He voiced his concerns over a hastily arranged visit his community received from a group of Bolsonaro supporters <b>including a missionary with connections to Damares Alves</b> , the evangelical pastor who heads the ministry which now houses Brazil's indigenous agency, Funai.
T1	SD9	Alves co-founded a religious group that has been accused of using its campaigns against infanticide <b>to incite hatred of indigenous people</b> . She recently admitted her adopted indigenous daughter was never legally adopted.

T1	SD10	Some indigenous leaders agree. <b>“I am in favour of mining as long as it is well controlled,”</b> said Altevir de Souza, a Macuxi and president of a group called Sodiur that represents a minority of the communities in Raposa Serra do Sol.
T1	SD11	On his his YouTube channel, Mota has saved films about niobium and precious stones. <b>He said he believes Bolsonaro will create an “economic-ecological zone”</b> in Raposa Serra do Sol, a category where economic activities are allowed if they adopt environmental protection measures. “Those areas can’t just be left there with the indigenous living in the 15th century,” Mota said.
T1	SD12	The CIR’s assembly produced a letter <b>demanding Bolsonaro and his ministers respect the fundamental rights of indigenous people</b> , as laid out in the Brazilian constitution.
T2	SD13	<b>Dozens of gold miners have invaded a remote indigenous reserve</b> in the Brazilian Amazon where a <b>local leader was stabbed to death</b> and <b>have taken over a village after the community fled in fear</b> , local politicians and indigenous leaders said.
T2	SD14	Illegal gold mining is at <b>epidemic proportions</b> in the Amazon and the <b>heavily polluting activities</b> of garimpeiros – as miners are called – <b>devastate forests and poison rivers</b> with mercury.
T2	SD15	The men were spotted days after the <b>murder of Emyra Waiãpi</b> , a community leader, whose body was found near the village of Mariry early on Wednesday.
T2	SD16	Indigenous people evacuated Mariry and fled to the bigger village of Aramirã – where <b>shots were fired</b> on Saturday. <b>Indigenous leaders and local politicians have called for urgent police help, fearing a bloodbath.</b>
T2	SD17	“The garimpeiros invaded the indigenous village and are there until today. <b>They are heavily armed, they have machine guns.</b> That is why we asking for help from the federal police,” said Kureni Waiãpi, 26, a member of the tribe who lives in the nearest town of Pedra Branca do Amapari, two hours away and 189km from Amapá state capital Macapá. “If nothing is done they will start to fight.”
T2	SD18	Kureni Waiãpi said Brazil’s far-right president <b>Jair Bolsonaro had encouraged invasions like this.</b> “It is because he, the president, is threatening the indigenous peoples of Brazil,” he said.
T2	SD19	In the 1970s, the tribe was <b>almost wiped out by disease</b> after their land was <b>invaded by gold prospectors.</b>
T2	SD20	<b>Recently Bolsonaro compared indigenous people living traditional lives on their reserves to “prehistoric men”.</b> On Saturday he once again talked up the mineral riches in the Raposa Serra do Sol and Yanomami reserves – currently inundated with thousands of garimpeiros.
T2	SD21	Kureni Waiãpi said the body of Emyra Waiãpa was <b>found with stab wounds</b> early on Wednesday morning in a river near his village of Mariry.
T2	SD22	<b>Shots were fired near Aramirã around 6pm local time on Saturday but nobody was hurt.</b> “I think the garimpeiros are shooting to scare the Waiãpi,” Kureni Waiãpi said.

T3	SD23	<b>“I know it is illegal,”</b> says Bernardo Gomes, 59, sitting by the frame of a bar. Formerly a worker at mining giant Vale, Gomes says <b>his time at the company taught him how to protect the environment.</b> <b>“Today, unfortunately, I am helping to destroy it,”</b> he says, explaining that a nearby patch of dead trees was suffocated by mud sucked out of the nearby mining pit.
T3	SD24	A fifth of its indigenous population <b>died from diseases after 40,000 garimpeiros flooded the reserve</b> in the 1980s, according to Survival International.
T3	SD25	But <b>garimpeiros bring malaria, prostitution and violence</b> , indigenous leaders argue, while scientists say the mercury the miners use to separate gold particles from mud and silt enters rivers and the food chain. Their pits and barges <b>upset ecosystems, scare away wildlife, and fill rivers with mud</b> that distorts fish behaviour and breeding.
T3	SD26	Mud pours down a rough wooden sluice, while black smoke belches from a deafening diesel engine: <b>a hand-operated industrial hell</b> amid the wild tropical beauty.
T3	SD27	The <b>men are from small towns in Brazil’s impoverished north and north-east</b> , where they say minimum-salary wages of around US\$250 a month (£194) are barely enough to live on. <b>“You do this to keep your family,”</b> says Denilson Nascimento, 33.
T3	SD28	When mining in the Tatuzão area was operating at full pelt, <b>the river where children bathe and families collect water thickened with mud.</b> “The water was very dirty,” says Nivaldo Edamya, 34, the village chief. <b>“What garimpo does is bad. Deforestation, various diseases,</b> that’s why I am against them.”
T3	SD29	Marcelo Oliveira, a conservation specialist at the World Wildlife Fund has found <b>high mercury levels in fish as far as 150km from ASGM sites in the Amazon.</b> He and other researchers found mercury in Amazon river dolphins – nearly half of those studied had dangerously high levels – and other researchers found record mercury levels in jaguar fur near ASGM sites in the Brazilian Pantanal.
T3	SD30	A study carried out by Lutz and colleagues in Peru found <b>water quality was severely impacted near ASGM sites.</b> Mud and silt thickened rivers, reducing visibility, which would disturb seasonal behaviour and even the breeding habits of fish and the life cycles of insects.
T3	SD31	A study published in 2018 found that 92% of indigenous people in a village near Waikás, where a garimpo site operated, had <b>higher than safe levels of mercury in their hair.</b>
T3	SD32	She worries <b>young indigenous men will bring sexual diseases from prostitutes</b> in the camps.
T3	SD33	“I wanted shoes, a machete, a sharpening file,” Marcos says. “I wanted a hammock. <b>I wanted to work.</b> ” He was paid five grams of gold (worth around \$180).
T3	SD34	For the Yanomami, <b>nature and spirituality are intrinsically linked:</b> every rock, every waterfall, every bird, every monkey has a spirit, says Maneose Yanomama, 55, shaman of the Sikamabi-U community. <b>And the spirits of nature are sounding the</b>

		<b>alarm.</b> “The whites are getting closer. They are damaging our land, they are destroying our rivers, they are ruining our forests,” he said. “Nature is very scared.”
T4	SD35	But leaders of most of Brazil’s 300 tribes <b>oppose mining on their reservations</b> and say that <b>allowing commercial mining would undermine their communities and wipe out their cultures</b> , which are already <b>threatened by increasing invasions by illegal loggers and wildcat miners</b> .
T4	SD36	Environmentalists who see the indigenous communities as the best guardians of Brazil’s tropical forests warn that <b>mining will speed up deforestation</b> .
T4	SD37	Government officials have said, however, that <b>indigenous communities would not have the right to veto projects</b> once authorized by congress.
T4	SD38	Bolsonaro also separately <b>plans to allow large-scale commercial agriculture on indigenous reservations</b> , which is <b>not permitted</b> under current environmental laws.
T5	SD39	<b>More than 20% of indigenous lands are overlapped by mining concessions and illegal mining</b> , it found, covering 450,000 sq km (174,000 sq miles) – and 31% of Amazon indigenous reserves are affected.
T5	SD40	Only half of legal mining concessions in the Amazon are active, Veit said. But <b>with mining seen by many Amazon countries as key to development, that could change</b> .
T5	SD41	<b>Rising gold prices</b> – which hit nearly \$2,100 (£1,625) an ounce in August – have <b>helped to drive wildcat miners into the Amazon</b> . “Gold prices had been rising for years but the threat to economies from the novel coronavirus led to a surge in prices – up about 35% this year – as investors sought the perceived safety of gold. As prices rise, so does demand and mining,” the report said.
T5	SD42	In Brazil, <b>invasions of indigenous lands by garimpeiros</b> – as wildcat miners are called – have <b>increased since Bolsonaro took office in January 2019</b> .
T5	SD43	<b>Army operations have failed to clear</b> tens of thousands of miners from Brazil’s biggest indigenous reserve, the Yanomami.
T5	SD44	From October 2018 to March 2020 alone, <b>nearly 2,000ha were degraded by mining</b> in the reserve, the report said.
T5	SD45	<b>Garimpeiro investors have paid local indigenous people</b> to help them enter the reserve and work within it, said Ademir Kaba Munduruku, a local leader.
T5	SD46	“ <b>Alcoholism, prostitution, drugs, violence</b> , division within the Munduruku people, <b>contamination of river beds have all increased</b> .”
T5	SD47	Federal prosecutors are investigating whether a Brazilian air force plane <b>flew indigenous garimpeiros from his region to Brasília for a meeting with the environment minister, Ricardo Salles</b> , during a military operation to control illegal mining, following media reports.

T5	SD48	<b>Legal mining can also come at a high cost</b> , Veit said. “Many companies don’t adhere to the law, the letter of the law, many don’t seem to adhere to their agreements with the government,” he said. Case studies from Peru and Ecuador document legal struggles between indigenous groups, governments and mining companies.
T5	SD49	In Guyana, Patamona <b>indigenous people from Campbelltown involved in artisanal mining have “shown some willingness” to work in a more sustainable way</b> , banning mercury and rehabilitating mining sites, the report said.
T5	SD50	But <b>Amazon indigenous peoples lose out when mining companies and illegal operations enter their land</b> . “We are under siege from legal and illegal mining and our governments are doing little to enforce the rights that do exist,” McGarrell said.
T6	SD51	With Covid-19 <b>ravaging</b> the Yanomami population since the first death from the disease was reported in April, <b>the existence of the “garimpeiros”, or goldminers, has brought even greater threats to the reserve</b> .
T6	SD52	The estimated <b>20,000 miners were already blamed for bringing alcohol and prostitution into the Yanomami reserve</b> , where they have worked illegally for decades, clearing forests and polluting rivers with mercury used in separating out the gold.
	SD53	In June, it staged an expensive ministerial visit with 18 journalists. Yanomami women were made up, had their nails painted and were given clothes. Chloroquine – a malaria drug touted as an unproved treatment for Covid-19 – was handed out.
T6	SD54	<b>While the Bolsonaro government would like to silence the international chorus of outrage</b> over rising deforestation and fires in the Amazon because it is bad for farming exports, deforestation has surged to a 12-year high. <b>Bolsonaro has promised to legalise garimpeiro work in indigenous reserves</b> – some of the best protected Amazon areas. In February his government sent a bill to congress, and <b>garimpeiro leaders have met government officials</b> in recent weeks, as pressure ramps up to approve the bill.
T6	SD55	But with no sign of the garimpeiros leaving, <b>indigenous leaders continue to fear for their people</b> .
T7	SD56	Indigenous people in the grip of a humanitarian crisis as <b>Bolsonaro gives encouragement to wildcat miners</b> with designs on their rainforest territory
T7	SD57	A photograph of an <b>emaciated Yanomami girl, huddled listlessly in a hammock beside an empty cooking pot over an unlit fire</b> . Shaky footage of indigenous people screaming as they flee in panic to a soundtrack of gunfire.
T7	SD58	Shocking images shared on Brazilian social media this week have cast a spotlight on a <b>spiral of violence, malnutrition and disease</b> that threatens fresh devastation for the Yanomami people and their ancestral territory in the Amazon state of Roraima.
T7	SD59	“The Yanomami are facing a <b>humanitarian crisis</b> , which is as critical as at the end of 1980s when the territory was invaded by 40,000 illegal miners,” said anthropologist Ana Maria Machado, a member of the Pro-Yanomami and Ye’kwana Network.
T7	SD60	But in recent years, the territory has seen a <b>new invasion by about 20,000 wildcat miners</b> – known as garimpeiros. Last year, the influx caused a 30% increase in illegal mining inside the territory, <b>and it has also brought infectious diseases</b> .
T7	SD61	The past five years have seen a nearly <b>500% increase in malaria cases on the reserve</b> , while in the first eight months of 2020, nearly 14,000 new cases and nine deaths from the disease were reported.

T7	SD62	“Uncontrolled illegal mining, <b>the neglect of indigenous health</b> , and epidemics of malaria and coronavirus have created <b>tensions that are growing like a pressure cooker about to explode</b> ,” said Machado.
T7	SD63	“We are facing many difficulties: <b>there is a lack of professionals, medicines such as chloroquine to treat malaria</b> , and equipment,” said Júnior Hekurari Yanomami, the head of Condisi-YY, an indigenous health council.
T7	SD64	“We have no support from the federal government,” he said. “ <b>But the government has been doing everything to disrupt indigenous health since 2019.</b> ”
T7	SD65	That was <b>the year Jair Bolsonaro took office</b> , and <b>tensions</b> between land grabbers, illegal miners and indigenous people have increased steadily since the start of his administration.
T7	SD66	<b>Bolsonaro has supported legislation to open indigenous protected areas to mining</b> and that would transfer ownership of large swaths of land to illegal squatters. <b>He has also emboldened miners</b> , loggers and land-grabbers by weakening Funai, the federal agency charged with protecting Brazil’s indigenous population, and <b>repeatedly claiming that indigenous territories are “too big”</b> .
T7	SD67	<b>The recent outbreak of violence</b> came after indigenous people blocked miners from using the Uraricoera river to reach one of their camps. In retaliation, <b>garimpeiros carried out a series of attacks</b> on isolated villages, where they exchanged fire with Yanomami.
	SD68	<b>Three garimpeiros died and five people, including one indigenous person, were injured</b> in the 24 April attack on the village of Palimiú, said Hekurari, who visited the territory soon afterwards.
T7	SD69	On a second visit to the village, Hekurari was accompanied by federal police, who also <b>exchanged fire with heavily armed men dressed in black</b> .
T7	SD70	<b>The pandemic has deepened food insecurity across Brazil, but particularly in indigenous communities</b> , where malnutrition was already a serious problem. Eight out of 10 Yanomami children are malnourished, according to a Unicef study.
T8	SD71	Rare and disturbing aerial photographs have laid bare the <b>devastation being inflicted on Brazil’s largest reserve</b> for indigenous people by thousands of wildcat goldminers whose <b>illegal activities have accelerated under the country’s far-right leader, Jair Bolsonaro</b> .
T8	SD72	Bolsonaro, who has repeatedly <b>bemoaned the size of the Yanomami territory</b> and been <b>accused of emboldening environmental criminals</b> with his pro-development rhetoric, was due to make a provocative trip to a village in the reserve’s south-western tip on Thursday – his first to an indigenous community since becoming president in January 2019. Yanomami leaders denounced the visit as an <b>unwanted attempt to promote illegal mining</b> in their ancestral land.
T8	SD73	The images, captured during flyovers early last month, <b>leave no doubt about the intruders’ impact on the 9.6m-hectare (24m-acre) Amazon enclave</b> – nor the <b>impunity with which they are allowed to act</b> in a supposedly protected reserve.



T8	SD74	Several photographs show areas where <b>the miners, whose trade Bolsonaro has vowed to legalise</b> , have <b>obliterated</b> the dense, pine-green forest and <b>replaced it with immense bronze-coloured gashes</b> littered with <b>felled trees and pools of stagnant water</b> .
T8	SD75	Indigenous activists describe the crisis as the territory's most troubling moment since the late 1980s and 1990s when tens of thousands of wildcat miners poured into the reserve bringing with them violence and diseases to which many Yanomami lacked immunity. In the most infamous episode, in 1993, goldminers murdered 16 Yanomami in what became known as the Haximu massacre. "It was terrible," Carlo Zacchini, an Italian missionary who has worked with the Yanomami since the 1960s, told the New York Times in the aftermath of those killings. <b>"One of the miners stabbed a child, then cut his head off."</b>
T8	SD76	Dário Kopenawa Yanomami, an indigenous leader who was born during that catastrophic gold rush, said he feared history was repeating itself. <b>"I grew up amid the invasion of 40,000 wildcat miners, who killed almost 20% of my people ... we suffered so much. Our relatives were massacred.</b> The garimpeiros killed a lot," the 37-year-old said, adding: "It feels like we're facing the same crisis today."
T8	SD77	The <b>sense of emergency</b> has intensified in recent weeks after <b>deadly clashes</b> between miners and Yanomami and a <b>gun battle between federal police agents and heavily armed gunmen apparently linked to the mines</b> .
T9	SD78	<b>Hundreds of wildcat miners have attacked police</b> who were trying to halt illegal mining in the Brazilian Amazon before <b>raiding an indigenous village and setting houses on fire</b> , according to federal prosecutors in the northern state of Pará.
T9	SD79	The clashes came days after a supreme court justice ordered the government to protect indigenous populations threatened by <b>the miners who appear to have been emboldened by President Jair Bolsonaro</b> .
T9	SD80	Hours later, <b>miners raided a village of the Munduruku people and set several houses on fire</b> , including one that belonged to a prominent mining critic and indigenous activist, Maria Leusa Munduruku.
T9	SD81	The attack followed clashes farther north in Roraima state, where <b>miners in motorboats have repeatedly attacked and threatened a riverside Yanomami settlement</b> known as Palimiu. There, miners also clashed with federal officials investigating the incidents.
T9	SD82	Júnior Hekurari Yanomami, president of a Yanomami association, <b>said two of the group's children drowned while fleeing during a particularly violent confrontation</b> on 10 May that also resulted in three miners being killed.
T9	SD83	Hekurari said miners had been driving their motorboats past the village almost daily, <b>shouting threats and sometimes firing their guns</b> .
T9	SD84	He alleged that <b>miners had killed several people and raped women and girls</b> – allegations not confirmed by federal prosecutors in the state, who said they were investigating.
T9	SD85	On Thursday, Bolsonaro traveled to two indigenous reservations – his first such visits as head of state since taking office in 2019. The president first visited the Balaio reservation on the upper reaches of the Rio Negro river, <b>to inaugurate a small</b>

		<b>wooden bridge near a rich deposit of the mineral niobium</b> , which he has often touted as a potential economic boon for Brazil.
T9	SD86	The conservative president has been outspoken about his desire to legalize mining in indigenous territories – <b>which is not allowed under Brazil’s constitution</b> – and to promote development in the Amazon.
T9	SD87	“It isn’t <b>fair to want to criminalize the prospector</b> in Brazil,” Bolsonaro told supporters outside the presidential palace on 14 May, according to the newspaper Estado de S Paulo.
T9	SD88	The supreme court justice Luis Roberto Barroso this week ordered the federal government to “immediately adopt all necessary measures to protect the life, health and safety of indigenous populations” in Yanomami and Munduruku territory. He also <b>accused the government for “recalcitrance and lack of transparency” in ensuring the health and safety of indigenous groups.</b>
T10	SD89	Cutthroat squabbles over the jungle mines sprinkled around this riverside outpost. <b>Lead-riddled corpses dumped outside the rowdy wooden bordellos</b> he once ran.
T10	SD90	Amid rising global alarm at the climate emergency and the <b>Amazon’s decimation under Brazil’s ultra-conservative president</b> , the army has sprung into action with a two-month offensive against illegal goldminers and loggers.
T10	SD91	<b>Signs of the devastation</b> wrought by decades of rampant exploitation are everywhere in Jardim do Ouro and the surrounding state of Pará, one of nine that form Brazil’s Amazon.
T10	SD92	The Jamanxim River, which meanders past Viana’s waterside bungalow, <b>runs a disturbing milky brown</b> : the result, locals say, of mining pollution. When Viana arrived in 1981, the region’s rainforests were largely untouched. Forty years later, like much of the Amazon, they have been <b>replaced by a sprawling patchwork of dirt tracks and cattle ranches</b> – and the destruction continues.
T10	SD93	Twenty miles upriver, in a supposedly protected area near the Jamanxim national forest, <b>the hum of a chainsaw could be heard despite the army’s presence</b> . The machine fell silent as the Guardian’s reporters approached, but huge damage had already been done.
T10	SD94	A return to business as usual is exactly what many in the Garden of Gold would like. Claudionor Silva, <b>a kindly north-easterner who looked a decade older than his 56 years</b> , said he had taken a job in one of the region’s illegal gold pits in April, <b>after Covid torpedoed his work as a street hawker</b> . Five months later he had been laid off again.
T10	SD95	“ <b>How am I going to support my family now?</b> ” the father of four wondered as he sat beside an idled excavator that until recently had been tearing chunks out of the Amazon soil.
T10	SD96	Benedito Ademar Leitão, a local preacher, said he feared his already tiny flock would shrink further if the crackdown forced redundant locals to migrate. <b>Deep down, however, the churchman sympathized.</b>

T10	SD97	<b>“God didn’t create the universe for it to be destroyed like this,”</b> said Leitão, 63, a former miner who swapped gold for God after a booze-fuelled bar brawl in which he was shot in the hip and nearly died.
T11	SD98	Brazil’s <b>multimillion-dollar illegal mining industry has intensified since the 2018 election of Jair Bolsonaro</b> , a far-right nationalist <b>who backs the wildcat garimpeiros</b> who trawl the Amazon’s rivers and rainforests for gold.
T11	SD99	Deforestation has also <b>soared under Bolsonaro</b> , who has stripped back environmental protections and been <b>accused of encouraging environmental criminals</b> . Amazon destruction rose to its highest levels in 15 years between 2020 and 2021 when an area more than half the size of Wales was lost.
T12	SD100	The surveillance plane eased off the runway and banked west towards the frontline of one of Brazil’s <b>most dramatic environmental and humanitarian crises</b> .
T12	SD101	Its objective: a clandestine 120km (75-mile) road that illegal mining mafias have <b>carved out of the jungles</b> of Brazil’s largest Indigenous territory in recent months, in an audacious attempt to smuggle excavators into those supposedly protected lands.
T12	SD102	In a nearby clearing, <b>a fourth digger could be seen wrecking a territory home</b> to about 27,000 members of the Yanomami and Ye’kwana peoples, including several communities that do not have contact with the outside world.
T12	SD103	The arrival of excavators – witnessed for the first time by journalists from the Guardian and Brazilian broadcaster TV Globo – is the latest chapter in a <b>half-century assault by powerful and politically connected mining gangs</b> .
T12	SD104	Those efforts initially succeeded but <b>by the next decade the garimpeiros were back</b> due to soaring gold prices, lax enforcement and <b>grinding poverty</b> that ensured mining bosses a <b>constant supply of exploitable workers</b> .
T12	SD105	<b>The assault intensified after Jair Bolsonaro</b> – a far-right populist who wants Indigenous lands opened to commercial development – was elected president in 2018, with the number of wildcat miners on Yanomami land reaching an estimated 25,000.
T12	SD106	When Guardian journalist Dom Phillips, who was murdered in the Amazon last June, visited a mine in the Yanomami territory in late 2019, he found <b>“a hand-operated industrial hell amid the wild tropical beauty”</b> : mud-caked miners using wooden scaffolding and high-pressure hoses to blast their way through the earth.
T12	SD107	Three years later, the situation has deteriorated further with the <b>arrival of hydraulic excavators and the illegal road</b> .
T12	SD108	<b>Miners, some with suspected ties to drug factions, had brought sexual violence, malaria outbreaks and forced health posts to close</b> , exposing children to “scandalous” levels of disease and malnutrition. <b>Rivers were being poisoned with mercury by an illegal fleet of about 150 mining vessels</b> .
T12	SD109	Bush pilots could receive up to 1,000,000 reais (£160,000) for a few, perilous months ferrying prospectors, supplies and sex workers to remote jungle camps. <b>For their bosses, the profits were greater still</b> .
T12	SD110	Brazil’s incoming president, Luiz Inácio Lula da Silva, has pledged to put the garimpeiros out of business and slash deforestation, <b>which has soared under Bolsonaro</b> .

T12	SD111	“These miners <b>don’t just carry spades and axes</b> ... They have <b>rifles and submachine guns</b> ... They are armed and all of [their] bases have heavily armed security guards with the <b>same kind of weapons that the army, the federal police and the military police use,</b> ” he said.
T12	SD112	“This isn’t going to be fixed just with rifles,” said the campaigner. “ <b>Overcoming poverty is an essential part of overcoming this economy of destruction.</b> ”
T12	SD113	The price of inaction would be <b>obliteration</b> for a people who have inhabited the rainforest for thousands of years.